Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 13.9.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 757 / € 1,80 / Diretor Filipe Alves Diretores Adjuntos Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino

Desporto
Como cresceram os apoios à preparação Olímpica? Los Angeles2028 terá 37 ME
PÁG. 23

Carlos Pronzato, autor do documentário *Memórias do 25 de Abril*
"É um dia de grande importância também no Brasil"
PÁG. 26

Arte
***El Abrazo* de Juan Genovés abre a 8.ª edição da Mostra Espanha**
PÁG. 28

CORTE NOS JUROS
Clientes poupam até 650 euros por ano em cada 100 mil de crédito

HABITAÇÃO Tal como previsto, o BCE cortou ontem os juros em 25 pontos, prevendo-se uma nova descida ainda este ano. As taxas Euribor, usadas como indexante no crédito à habitação, antecipam a tendência. Em cada 100 mil euros, num crédito a 30 anos com *spread* de 1%, a poupança é de 340 a 650 euros por ano. PÁG. 14-15

Quanto vale o apoio de Taylor Swift nas presidenciais dos EUA?

Sondagem da *Newsweek* indica que 18% dos eleitores se mostram "mais propensos" ou "significativamente mais propensos" a votar num candidato apoiado pela cantora. PÁG. 17

Venezuela
Portugal assina declaração pela democracia no país. Mas continua sem reconhecer um vencedor
PÁGS. 4-5

Ana Santos Pinto
"Não sou fã da ideia dos 2% para a Defesa porque acho que é uma métrica cega"
PÁGS. 18-19

Montenegro
"Há muitos alunos que estão a ter menos oportunidades"
PÁGS. 10-11

Hoje com o seu DN

Editorial

Valentina Marcelino
Diretora adjunta do Diário de Notícias

Dirigentes que se fazem de mortos

Logo que começaram a ser conhecidos os detalhes da fuga de cinco presos da cadeia de Vale de Judeus, revisitei na minha memória o furto do material militar de Tancos, em 2017.

O quartel que abrigava um dos mais importante paióis de armamento estava degradado, sem os equipamentos de vigilância necessários e com patrulhamentos de segurança insuficientes. Todos se lembram certamente da trágico-comédia que foi e da vergonha alheia sentida quando se descobriu que os assaltantes tinham entrado tranquilamente pela vedação furada e transportado o material num carrinho de mão.

As expressões que a ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, escolheu para caracterizar a "sucessão de fragilidades" que permitiram a evasão no passado sábado – "desleixo, facilidade, irresponsabilidade e falta de comando" – podiam também aplicar-se a Tancos. Porque a degradação de instalações, equipamentos e, de uma forma geral, das condições de trabalho, não acontecem de um dia para o outro.

É obrigação dos dirigentes, dos comandantes, diretores, garantirem que tudo funciona. Em áreas ligadas à Soberania, como a Segurança, a Defesa e a Justiça, essa premissa ainda é mais forte. Porque, havendo falhas, é a segurança de todos, e consequentemente, a nossa liberdade, que fica comprometida.

Infelizmente muitos dos dirigentes públicos, incluindo militares e forças de segurança, vestem a farda de "funcionários" e não de "servidores públicos", deixam andar, deixam normalizar situações que deveriam ser inadmissíveis. Fazem-se de mortos, apenas pensando em garantir o seu lugarzinho.

Estou convencida de que não o fazem com intenção dolosa, mas a ausência de liderança pode ter repercussões muito graves para toda a população cujo bem-estar devia ser sempre a sua prioridade.

Podemos questionar onde estavam os comandantes de Tancos, o diretor (ou seu substituto) de Vale de Judeus, ou mesmo, os responsáveis pela segurança da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna que não repararam que havia obras no prédio ao lado e que os andaimes colocados podia ser um risco para o edifício, como acabou por ser.

Também a tragédia dos incêndios de 2017, em junho e outubro, foram um culminar de sucessivas falhas de comando, estratégia e políticas. O preço aqui foi colossal, pago com as vidas de 115 pessoas.

Não deixa de ser, por isso, caricato que sempre que surge a raridade de um verdadeiro líder em alguma das áreas referidas, um dirigente que dá a cara pelos seus, que assume responsabilidades, que tem pensamento a longo prazo e não apenas no limite da sua comissão de serviço, é logo acusado de ser presumido, histriónico, alguém que "se põe em bicos de pés" e "quer dar nas vistas".

Pode dar muito jeito a políticos que também só pensam no seu mandato ter dirigentes submissos, caladinhos, que deixem andar, mas é uma atitude que se pode virar duramente contra ambos.

Fizeram muito bem Rita Júdice, ao responsabilizar o diretor-geral dos Serviços Prisionais e a ministra da Administração Interna, Margarida Blasco ao instaurar uma auditoria para identificar responsáveis de topo pela (in) segurança que facilitou o furto. Decisões que podem ser um aviso à navegação, um sinal a todos os dirigentes.

A persecução do serviço público, o altruísmo e a dedicação deveriam também fazer parte dos requisitos de escolha dos seus substitutos, a par, claro está, das competências técnicas e experiência profissional. Destes e de todos os altos quadros do Estado, "servidores" de todos nós.

OS NÚMEROS DO DIA

146

CASAS DE RENDA ACESSÍVEL
vão ser atribuídas pela Câmara Municipal de Lisboa, tendo aberto um concurso que se prolonga até 7 de outubro, divulgou ontem a autarquia.

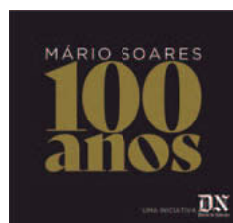
2%

DE INFLAÇÃO
só será atingido em 2026 é a previsão do Banco Central Europeu (BCE). Ontem, o banco central estimou uma taxa de 2,5% para este ano e 2,2% em 2025, baixando para 1,9% só para daqui a dois anos, o objetivo inicial da regulação das taxas de juro da zona Euro.

3376

MILHÕES DE EUROS
é o valor de exportações conseguido pela indústria têxtil e vestuário portuguesa nos primeiros sete meses, menos 6% do que no mesmo período de 2023.

34

PAÍSES
quererão juntar-se ao grupo BRICS. A informação foi dita pelo Presidente russo, Vladimir Putin, que afirmou que estas adesões poderão ser formalizadas "de uma forma ou de outra" na cimeira que se realizará em outubro na cidade russa de Kazan.

13.9.2024

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Telles, Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e João Coelho **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves ***E-mail* geral da redação** dnot@dn.pt ***E-mail* geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em *www.dn.pt*. Tiragem média de fevereiro 2024: 6 084 exps.

VENEZUELA

Portugal assina declaração pela democracia sem reconhecer um vencedor

DIPLOMACIA González ou Maduro, quem ganhou as eleições ? O MNE ainda não se pronunciou, e assim irá continuar, considera Nancy Gomes, professora na Universidade Autónoma. Em 2019, o executivo então em vigor avançou com o reconhecimento de Guaidó.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Pedro Sánchez e Edmundo González no encontro de ontem, no Palácio da Moncloa.

O objetivo da declaração conjunta da ONU assinada ontem é pugnar pelo "restabelecimento das normas democráticas na Venezuela" e Portugal está entre os 50 signatários. Mas, em nenhum momento, se pede que as Nações Unidas intervenham na crise.

No entanto, Portugal ainda não reconheceu nenhum resultado eleitoral após as presidenciais de 28 de julho, cujo desfecho (a vitória de Nicolás Maduro) tem sido amplamente contestada pela comunidade internacional, que já exigiu, por várias vezes, a consulta das atas eleitorais.

Questionado pelo DN sobre o "posicionamento diplomático mais recente", o Ministério dos Negócios Estrangeiros remeteu a resposta para um *tweet*, feito no dia 8 de setembro. Aí, Paulo Rangel reafirmou a sua "condenação liminar" à perseguição do regime de Maduro aos opositores venezuelanos e continuava a insistir na "necessidade de transparência eleitoral e de diálogo político".

Dias antes, o chefe da diplomacia portuguesa dizia, no *Summer CEmp* (a Escola de Verão da Comissão Europeia em Portugal) que "enquanto não houver acesso a atas eleitorais, Portugal não reconhecerá qualquer resultado", seja ele o reconhecimento da vitória da oposição, liderada por Edmundo González Urrutia (exilado em Espanha, *ver peça ao lado*), ou do regime de Nicolás Maduro.

Nesse fórum, Rangel defendia que o caminho era o da "moderação, havendo um diálogo para que se consiga fazer uma transição e, essencialmente, se consiga apurar o resultado da eleição". Aí, Rangel mostrou-se ainda preocupado com a "questão dos detidos" e fez saber que o embaixador português falara com o MNE venezuelano, "por mais de uma vez", exigindo a libertação destas pessoas – "algumas delas, duas ou três" até têm nacionalidade portuguesa.

"Temos feito consultas com todos aqueles que são os atores que podem ajudar a resolver esta questão", garantiu então o ministro dos Negócios Estrangeiros, terminando numa nota de esperança: "O regime parece entrincheirar-se e isso é, de facto, negativo. Julgo que há, apesar de tudo, algum espaço para se poder dialogar e conversa. Continuamos importante nessa posição. Temos dialogado com o regime, mas também com a oposição."

Perante isto, não é a assinatura da declaração conjunta da ONU um contrassenso? "É uma declaração, ou uma uma simples manifestação de vontade. Por isso, não compromete ninguém", explica ao DN a professora luso-venezuelana Nancy Gomes.

Com isto, diz a investigadora na

"Portugal reafirma a condenação liminar da perseguição à oposição venezuelana e insiste na necessidade de transparência eleitoral."

Paulo Rangel
Ministro dos Negócios Estrangeiros

"Esperamos mais pressão por parte da comunidade internacional, mas é preciso que os sinais de dentro da Venezuela se mantenham vitais."

Nancy Gomes
Professora na Universidade Autónoma

área das Relações Internacionais na Universidade Autónoma, Portugal "mostra a cautela necessária neste momento", onde há um "Governo *de facto*, que se entrincheirou, com Nicolás Maduro a permanecer sentado em cima de uma baioneta". "O Governo português mantém-se assim cauteloso", analisa.

Na declaração da ONU, os signatários recordam que "é tempo de os venezuelanos iniciarem discussões construtivas e inclusivas para resolver o impasse eleitoral." Os países que subscreveram a declaração afirmam-se "gravemente preocupados com as denúncias de violações dos direitos humanos", como "prisões arbitrárias, detenções, mortes e negação de garantias judiciais, bem como táticas de intimidação contra a oposição democrática."

Entre os 50 países signatários não estão México, Colômbia e Brasil (que não reconhecem nenhum resultado das eleições). Rússia e China (que apoiam Maduro) não assinaram. Marrocos foi o único Estado árabe a assinar esta declaração.

Este posicionamento mostra aquilo a que Nancy Gomes chama "uma concertação ampla" entre vários Estados "sobre a situação de crise, a fraude, a repressão e a violação dos Direitos Humanos". Este é também o alinhamento de outros Governos da União Europeia e, por isso, a professora não espera "de Portugal nenhuma decisão diferente" nesta área.

Contudo, é preciso que haja "mais pressão" ainda por parte "da comunidade internacional", mas "é preciso que os sinais da vontade popular de mudança e de união dos opositores" que vêm da Venezuela "se mantenham vitais".

Em 2019, Portugal e UE reconheceram Juan Guaidó

Mas esta posição nacional é desde logo uma mudança face a tempos recentes. Em 2019, era Augusto Santos Silva o MNE, Portugal reconheceu Juan Guaidó como presidente do "governo interino" do país.

Decidindo "em linha com a posição da União Europeia", o Governo português considerava que Juan Guaidó possuía a "necessária legitimidade para assegurar uma transição pacífica, inclusiva e democrática." Esta posição, argumentava o Executivo, permitia "defender os interesses da vasta comunidade luso-venezualana" no país, estimada em cerca de 600 mil pessoas.

EPA/FERNANDO CALVO/GABINETE DO CHEFE DO GOVERNO ESPANHOL

Quem reconheceu quem?

NICOLÁS MADURO
China
Rússia
Irão
EUA
Qatar
Cuba
Síria
Bolívia
Nicarágua
Honduras

EDMUNDO GONZÁLEZ
EUA
Argentina
Uruguai
Equador
Peru
Panamá
Costa Rica

QUEREM VER AS ATAS ELEITORAIS
União Europeia
Reino Unido
Brasil
Colômbia
Chile
México
Canadá
(entre outros)

Tensão em Espanha pelo (não) reconhecimento de González

POSIÇÃO Congresso votou por reconhecer opositor como "presidente eleito", mas Sánchez recusou. Caracas ameaça com corte de relações.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Um dia depois de o Congresso espanhol aprovar uma moção a defender o reconhecimento do opositor venezuelano, Edmundo González, como "presidente eleito", o ex-diplomata esteve com o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, no Palácio da Moncloa. Mas saiu como entrou, como mais um exilado político venezuelano, numa altura em que Caracas ameaça cortar relações com Madrid.

"Dou as calorosas boas-vindas ao nosso país a Edmundo González, a quem acolhemos mostrando o compromisso humanitário e a solidariedade de Espanha com os venezuelanos. Espanha continua a trabalhar a favor da democracia, o diálogo e os direitos fundamentais do povo irmão da Venezuela", escreveu Sánchez no X, com um vídeo onde surge com o opositor e a filha deste, Carolina, que já vivia em Espanha.

A visita de González, que chegou a Espanha no domingo com a mulher após ter estado refugiado na embaixada dos Países Baixos praticamente desde as eleições, não fazia parte da agenda oficial do chefe de Governo, que não convidou os *media* para o momento e surgiu sem gravata – querendo tirar peso institucional ao encontro, segundo o *El País*.

Também numa mensagem no X, González agradeceu a Sánchez "o seu interesse por trabalhar pela recuperação da democracia e o respeito pelos direitos humanos", reiterando a sua "determinação de continuar a luta por fazer valer a vontade soberana do povo venezuelano." A oposição reclama a vitória nas presidenciais de 28 de julho, apesar de as autoridades eleitorais e a justiça (controladas pelo regime) terem dado a vitória a Nicolás Maduro.

Num segundo comunicado, agradeceu a todas as forças políticas que lutam "ativamente pelo reconhecimento da vontade do povo venezuelano" e ao Congresso. "O meu compromisso com o mandato que recebi da parte do povo soberano da Venezuela é inalienável", insistiu.

Na quarta-feira, o Congresso aprovou uma resolução a exortar o Governo a reconhecer González "como legítimo vencedor" e como "presidente eleito" da Venezuela. A resolução foi proposta pelo PP e apoiada pelo Vox, o Partido Nacionalista Basco, a União do Povo Navarro e a Coligação Canária, numa sessão sem o Junts per Catalunya, que estava a celebrar o Dia da Catalunha.

O Governo espanhol insiste contudo na ideia de tomar uma posição conjunta com o resto da União Europeia, querendo manter as pontes com o regime venezuelano. A UE, onde a tomada de decisões em política externa te que ser unânime, continua a exigir a divulgação das atas eleitorais. O Parlamento Europeu irá contudo discutir o tema na próxima semana, sendo possível , querendo aprovar uma resolução como a que passou em Espanha.

Por causa da aprovação da resolução, o presidente da Assembleia venezuelana, Jorge Rodríguez, defendeu uma resolução para cortar as relações diplomáticas e comerciais com Espanha. O PP, em resposta, disse que isso é a ação de "um regime que agoniza" e que seria um "comportamento normal e natural de uma ditadura" que ataca os países que questionam as suas falhas democrática. Por seu lado, um dos partidos do Sumar (parceira dos socialistas), a Esquerda Unida, pediu às instituições venezuelanas "que não caiam na provocação da direita espanhola" que só quer prejudicar "as boas relações comerciais, económicas e políticas entre os dois países."

Entretanto, os EUA – um dos países que reconhecem a eleição de González – aplicaram sanções a 16 funcionários venezuelanos por "fraude eleitoral" e "tentativa ilegítima de se manter no poder pela força". A Venezuela rejeitou "nos termos mais energéticos" este "novo crime de agressão" dos EUA. Num comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acusa Washington de apoiar a classe política que "lançou mão de práticas fascistas e violentas para derrubar, sem sucesso, a democracia bolivariana."

susana.f.salvador@dn.pt

Nessa altura, o Parlamento Europeu reconheceu o opositor venezuelano, manifestando "o seu total apoio ao roteiro por ele delineado."

A decisão, no entanto, foi tomada de forma unilateral. Isto porque, na política comunitária, todas as decisões sobre política externa carecem de um consenso alargado. Ou seja: nenhum dos outros organismos da União Europeia, além do Parlamento, avançou com o reconhecimento de Guaidó.

No entanto, não foi por falta de tentativa. No comunicado feito após a sessão plenária (que aconteceu a 31 de janeiro desse ano), eurodeputados pediam que a então chefe da diplomacia europeia, Federica Mogherini, adotasse "uma posição firme e comum" sobre o assunto, reconhecendo Guaidó como "presidente interino legítimo" até que fosse possível "convocar novas eleições presidenciais livres, transparentes e credíveis" – algo que não viria a acontecer.

Guaidó perderia depois o apoio concedido pela UE e está exilado desde 2022.

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Partidos que apoiam o Governo, PSD e CDS, somam 80 deputados e são insuficientes para garantir a aprovação do documento.

Embaraço na AD. Prioridades do CDS são objeções socialistas

PARLAMENTO PS retoma debates em torno da imigração, violência doméstica e justiça. Esquerda mantém-se consensual sobre o direito à habitação e valorização de salários. Direita foca-se nos impostos. Vai ser assim a convivência no hemiciclo para além do OE.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O CDS vai lutar pela reforma do IRC e pelo IRS jovem, confirmou ao DN o líder da bancada centrista, Paulo Núncio, quando questionado sobre as prioridades do partido para além do Orçamento do Estado (ainda que estas duas medidas estejam refletidas nas contas públicas).

As "lutas" do CDS,assumidas como prioridade, são para Governo e PSD medidas que podem ser "modeladas" de forma a garantir que o PS possa viabilizar o OE 2025.

Para além disto, a proposta de alargamento do prazo para a realização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) para as 12 ou 14 semanas, que partirá da bancada do PS, vai merecer o voto contra do CDS, garante o deputado.

Do outro lado da trincheira, os socialistas avançam com quatro propostas – IVG, imigração, violência doméstica e Justiça – e, em matéria fiscal, remetem para os avisos de Pedro Nuno Santos ao Governo: "O Partido Socialista nunca viabilizará um Orçamento do Estado (OE) que inclua ou tenha como pressuposto os regimes para o IRS e IRC."

"O IRC é muito importante para que Portugal volte a ter competitividade fiscal", argumenta Paulo Núncio, enquanto estabiliza as expectativas do eleitorado centrista. " E consideramos que a redução do IRS para taxas entre 4% e 15%, para os jovens até 35 anos, é uma medida fundamental para incentivar os jovens a trabalhar em Portugal", completa.

Sem hesitações, o PS promete atacar em quatro frentes, começando por rever a IVG e terminando na Justiça, ainda que esta última pasta ainda esteja em preparação. Para o partido, impõem-se agora "a questão da regulamentação da objeção de consciência" dos profissionais de Saúde que conduzem os processos, explicou ao DN a líder do grupo parlamentar do PS, Alexandra Leitão.

"Há um direito à objeção de consciência, mas ele não pode

pôr em causa o direito que as mulheres têm à resolução voluntária da gravidez", defende a deputada.

Para Alexandra Leitão, também é preciso "mexer no período de reflexão" para a IVG, por este ser "um bocadinho paternalista para a mulher".

O PS também dá conta de que está "a estudar apoio judiciário automático para as vítimas de violência doméstica", para além de "outras formas de apoio, inclusivamente monetária."

Outro tema que vai merecer a atenção socialista é "o fim abrupto da manifestação de interesses" dos imigrantes e criar "solução que permita que as pessoas não fiquem limitadas apenas a aceder a Portugal através dos consulados", adianta a deputada.

Alexandra Leitão levanta outro véu: O do "diploma que retira poderes aos condomínios em matéria de alojamento local" e que os socialistas garantem levar ao hemiciclo.

Já a Iniciativa Liberal promete regressar ao Parlamento com um debate urgente, no dia 18 de setembro, sobre o "estado do Estado", anunciou na semana passada o líder do partido. Rui Rocha argumentou que o resultado das últimas eleições legislativas refletiu uma vontade dos portugueses: "A de mudar o país também no que diz respeito ao Estado."

E é com a ideia de que "o Estado não está melhor, está em muitas áreas igual ou até mesmo pior", que Rui Rocha promete uma intervenção do partido na Saúde, na Educação e na Justiça, apontando, porém, o que até aqui tem estado errado e remetendo para o debate aquilo que pretende fazer para melhorar.

Para já, com uma oposição ao IRS jovem, Rui Rocha volta a sublinhar uma intervenção fiscal, no sentido de baixar impostos.

"Este quadro plurianual que recebemos aponta não só para um limite de despesa que cresce, vamos dizer, 15%, se não mais, mas também para receitas de impostos que crescem, se lemos bem, cerca de 50 mil milhões", apontara, criticando, no momento em que anunciou com o debate.

Todos os caminhos vão dar ao OE

"Seja dentro e fora do Orçamento, há questões que necessariamente se tocam e acabam por ter alguma ligação", explicou ao DN a líder parlamentar do PCP, Paula Santos, depois de questionada sobre as prioridades do partido para além do OE.

É com dois debates que o PCP vai vincar ao Parlamento as suas preocupações: um sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e outro, para dia 19 de setembro, sobre o início do ano letivo.

O primeiro tem como objetivo expor "a opção do Governo de transferir para os grupos privados meios" do SNS, explica a deputada.

Para já, Paula Santos assume um alvo: As unidades de saúde familiar modelo C, que acrescentam "novas fatias de privatização nos cuidados de saúde primários e com o aplauso dos grupos privados. Portanto, não é o caminho", defende.

Em relação ao segundo debate, "as aulas vão começar com os problemas todos por resolver, grandes dificuldades na falta de professores", aponta, propondo como solução "a valorização das carreiras", alargando a mesma receita para outros profissionais do setor.

Para além disto, o PCP trará propostas para aumentar o salário mínimo, subir salários públicos e privados, rever a contratação coletiva e, na habitação, proteger inquilinos e, para quem tem créditos à habitação, "pôr os lucros da banca a pagar estas taxas de juros, que são elevadíssimas."

Também o BE não é alheio aos problemas da habitação. "Nós tomamos medidas eficazes, nomeadamente a criação de tetos máximos para as rendas ou instruir a Caixa Geral de Depósitos para que tenha uma política de juros mais vantajosa para quem vive e trabalha em Portugal, e com isso tenha um efeito moderador no mercado para baixar a prestação do crédito à habitação", lembrou ao DN o líder da bancada bloquista, Fabian Figueiredo, sem deixar de apontar o dedo o dedo ao Governo por ter "insistido em acabar com as poucas regras que existiam para regular o alojamento local, o que vai ainda provocar mais sobreaquecimento no mercado da habitação."

Adicionalmente, a promessa bloquista também passa pela luta para "garantir que o Governo português fará de tudo o que está ao seu alcance para parar a guerra, para parar o genocídio em Gaza."

"A diplomacia portuguesa é uma circunstância hipócrita: Defende uma solução de dois Estados, mas só reconhece um Estado, não reconhece a Palestina. Deve começar por reconhecer a Palestina", conclui.

É em nome de "uma maior igualdade e uma mais justa redistribuição da riqueza" que o Livre promete "continuar a insistir sobre a importância da taxação das grandes fortunas", revelou ao DN a líder do grupo parlamentar do partido, Isabel Mendes Lopes.

Para além de uma preocupação com o SNS, que passa por valorizar as carreiras, através do "Regressar Saúde", que "é uma extensão do programa Regressar mas direcionado a profissionais de Saúde", explica.

Alinhado com a atualidade, o Livre também vai "voltar a apresentar a proposta de indicador de risco em caso sísmico", que é "como se fosse um certificado de risco sísmico associado a cada casa, à semelhança do que existe para o certificado de eficiência energética", adianta.

O PAN trará no seu arsenal político "medidas para assegurar a justiça social e ambiental e a proteção animal", explicou ao DN fonte do partido, acrescentando que uma das prioridades vai passar por propor o "pacote de direitos das mulheres, que inclui o crime de violação ser considerado um crime público, assegurar a proteção em relação às plataformas que divulgam conteúdos não consentidos, disponibilização de *kits* para recolha de provas de violação em todos os hospitais nacionais, o apoio aos órfãos na sequência da violência doméstica."

Contactados pelo DN, PSD e Chega recusaram revelar as suas prioridades.

2 outubro

Acertos O Tribunal de Contas aprova no próximo dia 27 o parecer à Conta Geral do Estado (CGE) de 2023 e vai enviá-lo ao Parlamento no dia 02 de outubro.

10 outubro

Prazos Data limite para entrega do Orçamento do Estado para 2025. Governo terá reuniões "obrigatórias" com oposição nos primeiros dias de outubro.

Chega quer ensinar jovens "a não desperdiçar maioria de direita"

JUVENTUDE Academia junta 80 em São Pedro do Sul para aprenderem com exemplos de outros países. "Não acho que os miúdos que lá vão tenham lepra", diz Vasco Rato, sobre "linhas vermelhas".

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A Academia da Juventude Chega, que decorre entre hoje e domingo, está a ser encarada pelos organizadores como a oportunidade de dar ferramentas aos 80 participantes para saírem de São Pedro do Sul com um "compromisso com o seu espetro político" que permita reforçar a militância na sociedade portuguesa e encontrar caminhos para não "desperdiçar a maioria de direita".

Segundo a deputada Rita Matias, coordenadora nacional da Juventude Chega, o quarto evento de formação, neste ano com o mote "Contra Tudo e Contra Todos – Como Pode a Direita Vencer Eleições", pretende "tirar ilações daquilo que está a acontecer lá fora" para a estratégia política e partidiária em Portugal, tendo para tal convidado especialistas em relações internacionais e ciência política sem ligações ao partido, como Vasco Rato.

Aos 80 participantes, quase todos da Juventude Chega, embora "curiosos" sem ligações a partidos e militantes da Juventude Social Democrata e Iniciativa Liberal, será recordado que "eleições não se ganham só partidariamente", sendo preciso seguir o exemplo dos movimentos sociais e culturais ligados à esquerda. Para a deputada, é crucial mobilizar jovens de direita para criarem *podcasts*, associações culturais e núcleos de estudo.

Rita Matias vai fazer o *workshop* "Como Organizar a Militância à Direita".

HUGO DELGADO / LUSA

A Academia terá um exercício, amanhã e domingo, que replicará a apresentação e discussão do Programa de Governo. Numa "representação fiel" dos partidos na Assembleia da República, no que defendem e no peso relativo, pretende-se apurar "se os jovens conseguem novas soluções governativas", com maior capacidade negocial do que em São Bento, "onde estamos a desperdiçar uma maioria de direita".

Do programa constam ainda palestras de académicos que "fazem uma leitura do espetro político sem complexos", naquilo a que a deputada chama "uma reflexão menos sensacionalista" sobre a atualidade. Hoje à noite, Riccardo Marchi fala sobre "O iliberalismo político", centrando-se no húngaro Viktor Orbán, que Rita Matias admite ser "uma figura controversa", e com quem o Chega "tem pontos em comum e outros em que podemos divergir". Amanhã de manhã, seguem-se Eleanor Witt-Dorring ("Os Desafios da Imigração Islâmica para as Sociedades Ocidentais") e Teresa Nogueira Pinto ("Como é que a Direita pode Chegar ao Poder").

Na noite de sábado, na véspera do discurso de encerramento de André Ventura, Rita Matias conduz o *workshop* "Como organizar a militância à direita", mas antes Miguel Granja fala de "Destruição da democracia em nome da salvação da democracia", sobre o "bloqueio" no Parlamento Europeu aos Patriotas pela Europa. E Vasco Rato explicará "A Importância das Próximas Eleições Americanas para o Ocidente".

Ao DN, o comentador político, que foi dirigente e é militante do PSD, realçou que não é a primeira vez que vai a um evento da Juventude Chega. "Não acho que os miúdos que lá vão tenham lepra", diz Vasco Rato, que "não quer saber" das "linhas vermelhas" defendidas pelo líder do seu partido e não atribui "significado político excecional" ao facto de não ver o Chega como um partido antidemocrático ou fascista.

Ex-líderes do PSD pressionam ministra da Saúde

EUTANÁSIA Antigos deputados e ex-líderes sociais-democratas querem forçar o Governo a regulamentar lei do PS.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

A pressão contra o Governo, que já se desentendeu sobre a regulamentação da lei da eutanásia – que a ministra da Saúde disse estar a ser preparada, enquanto Leitão Amaro, ministro da Presidência, negou que tal estivesse a acontecer – aumentou após 250 personalidades terem assinado uma carta aberta em defesa da regulamentação da lei da eutanásia. A iniciativa que reúne, entre outros, o ex-primeiro-ministro Pinto Balsemão, o ex-líder do PSD Rui Rio, os sociais-democratas Coelho Lima e Teresa Leal Coelho, o atual e ex-líder da IL, Rui Rocha e Cotrim Figueiredo e a socialista Isabel Moreira foi "muito impulsionada", apurou o DN, por ex-dirigentes e ex-deputados do PSD – no total 16.

A lei da eutanásia foi promulgada em maio de 2023 por Marcelo Rebelo de Sousa, mas aguarda ainda regulamentação.

Ministra da Saúde, Ana Paula Martins.

Em novembro de 2023, um grupo de deputados do PSD entregou um pedido de fiscalização sucessiva da lei, pedindo ao Tribunal Constitucional (TC) que avaliasse a constitucionalidade da própria regulação legal da eutanásia, que consideram ir contra "o princípio da inviolabilidade da vida humana e a inexistência de um direito fundamental à morte autodeterminada". Em março deste ano, a provedora de Justiça requereu também ao TC a declaração de inconstitucionalidade da lei.

Luís Montenegro defende que a regulamentação só deverá ser elaborada só após a decisão do TC. Ontem, o BE anunciou que que vai chamar a ministra da Saúde ao Parlamento. Objetivo? Pressionar o Governo a regulamentar a lei.

Opinião
António Capinha

Outra Joana Marques Vidal, pois claro!

No já longínquo dia 12 de Outubro de 2018, Joana Marques Vidal poderia ter sido reconduzida para um segundo mandato como Procuradora-Geral da República. A sua recondução seria um acto normal de gestão à luz do que tinha sido o seu mandato, irrepreensível e de um enorme profissionalismo. Por ela passaram importantes processos jurídicos que atingiram, entre outros, o então primeiro-ministro José Sócrates, o banqueiro Ricardo Salgado, o presidente da empresa angolana Sonangol, Manuel Vicente, desencadeando, ainda, as investigações ao caso de Tancos e ao incêndio de Pedrógão Grande.

Joana Marques Vidal podia e deveria ter sido reconduzida, mas isso não se verificou. Apesar da sua significativa qualificação técnica e do modo profissional como tinha gerido o Ministério Público, um estranho entendimento entre António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa impediram a sua recondução, obviamente, por exclusivas razões partidárias e da conveniência de António Costa, que nada tinham a ver com as prioridades do país e com o desejo de um efectivo combate aos problemas da corrupção em Portugal.

O actual Presidente da República e o ex-primeiro-ministro tinham agilizado uma solução que passava pela vontade política de Costa ter na Procuradoria alguém da sua confiança política e pela necessidade de uma cooperação institucional entre Belém e São Bento. E, com estas lógicas, o país é que ficou a perder.

Joana Marques Vidal tinha uma ideia correcta sobre o modo como devia ser gerida a Procuradoria-Geral da República. O papel do Procurador-Geral, no seu entendimento, é o de alguém que deve promover a organização, a articulação e a capacidade de gestão que possibilite aos restantes procuradores e magistrados trabalharem mais e melhor a favor de uma bom modelo institucional de Justiça. Para isso, Joana Marques Vidal reunia, mensalmente, com procuradores e magistrados. A comunicação era um aspeto importante no exercício das suas funções, defendendo que a Justiça deve comunicar com clareza e simplicidade.

O seu mandato marcou como excelente protagonista da Justiça, sem dúvida quem melhor exerceu o cargo de Procuradora-Geral da República e nos antípodas do mandato da actual Procuradora, Lucília Gago, que escolheu uma via de uma maior discrição e uma quase total ausência de presença mediática e contacto com o público e com a classe política. A prestação da actual Procuradora tem sido fraca e errática ainda que, com a sua ida ao Parlamento, na passada quarta-feira, tenha desmantelado alguns dos mitos que, atualmente, avassalam a Justiça. Ficámos a saber que o número de escutas que era de 15.441, em 2015, desceu para 10553, em 2023. Com a sua passagem pelo Parlamento confirmou-se, melhor, alguns problemas que hoje atingem a Justiça, nomeadamente a falta de recursos humanos, uma questão que deverá merecer uma atenção especial do actual Governo, dado que no período de 2026 a 2028 haverá um significativo aumento de reformas de magistrados.

Em breve Marcelo Rebelo de Sousa e Luís Montenegro terão, em consenso, de encontrar um novo nome para a Procuradoria-Geral da República. Seria importante que a sua escolha comum reflectisse o interesse nacional, a absoluta urgência no combate à corrupção. E, sobretudo, que a escolha venha a recair sobre alguém com um bom perfil técnico. Um nome que coloque de novo na agenda da Justiça o combate à corrupção a exemplo do que fez Joana Marques Vidal. Não ceder à tentação de uma qualquer escolha baseada, exclusivamente, na confiança partidária em detrimento de um perfil de qualificação técnica torna-se vital num momento em que o PRR está em execução. A melhor homenagem que se pode fazer a Joana Marques Vidal é encontrar alguém que dê continuidade ao seu legado na exigência e rigor que coloque no exercício da sua função. Nomear, assim, uma nova Joana Marques Vidal, pois claro.

Jornalista
O texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

Opinião
Miguel Romão

Estrutura e conjuntura: serviços prisionais e fuga de presos

A fuga de cinco reclusos de um estabelecimento prisional na semana passada tem permitido um debate mais alargado sobre a realidade das prisões e da execução de penas, mesmo se a reboque de meias notícias, meras suspeitas ou convicções muito recentemente firmadas.

Há, manifestamente, um episódio que é marcante: não é comum, nos países europeus, presos encostarem uma escada no muro de uma cadeia, saírem e avisar-se a polícia umas horas depois. Como é evidente, perante esta realidade, e com tudo a funcionar para a evitar nos termos habituais, os responsáveis pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais teriam de se demitir e assumir a falha do seu serviço, independentemente da sua responsabilidade pessoal e direta. É uma das maçadas dos cargos públicos, especialmente aqueles cuja visibilidade e dimensão leva a conferências de imprensa e apelos diretos de prevenção à população por parte do Sistema de Segurança Interna português – a primeira vez em que tal sucedeu, creio. E, na verdade, bem teria merecido uns ensaios gerais anteriores. Para mais, como a ministra da Justiça não deixou de assinalar – e fê-lo bem –, quando, na prática, se acabou de aumentar a remuneração dos guardas prisionais, procurando valorizar essa carreira e essa função. Foi azar, dir-se-ia. A investigação criminal o dirá.

Esta é a conjuntura. Acorda-se humanista e defensor dos diretos dos reclusos, em linha com as diversas condenações de Portugal pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos pelas condições prisionais, pela hora de almoço fogem 5 presos e deitamo-nos aparentemente todos securitários e inamovíveis perante o delito: esta a nossa ciclotimia coletiva, histórica aliás. Oliveira Martins, no final do século XIX, bem escrevia sobre este povo "beato e histérico", podendo, entretanto, a *beatude* ter decaído um pouco.

A estrutura desta história, entretanto, é outra. Apesar de todos os esforços de planeamento e de intenções das últimas três décadas, nunca foi possível alocar aos serviços prisionais, de reinserção e à execução de penas em geral o investimento de que careceriam. Careceriam? Depende. A opção de investimento, na verdade, foi outra. Os 12 a 14 mil reclusos em Portugal, população flutuante, não merecem as centenas de milhões de euros de que falamos: para melhores cadeias, para mais oportunidades de aí não voltarem, para pagar a quem se importa com eles. É, manifestamente, a opção de Estado, constante e consequente. Não faz sentido agora pedir outros resultados globais perante essas opções de base.

O programa político da democracia para a execução de penas, nas últimas décadas, tem sido o de projetar mudanças e investimento de fundo, não o concretizar e ir remendando o que existe. Com mudanças importantes de permeio, é certo. Mas, legitimamente, com outras prioridades. E espera-se, entretanto, que as cadeias aí mantenham as pessoas mesmo perigosas, uns tempos. Como sabemos, há diversas pessoas perigosas para os outros, uma minoria das quais está presa. E confia-se, em relação a estas, que por lá fiquem, dando ao tempo a sua verdadeira natureza, que é passar e todos nós com ele.

O que ficará deste episódio, para além das responsabilidades pessoais quando apuradas? Muito pouco, provavelmente. Querem os eleitores mudar tudo o que é preciso nas prisões e na execução de penas, com os custos inerentes? Se a justiça já é um conjunto de sistemas públicos laterais, com uma utilização circunscrita, o que dizer das prisões? Em suma, não vale a pena usar um episódio para ditar o fim da novela. Como em todas, é sempre o galã que fica com a rapariga gira. E não, não me parece que nenhum dos dois esteja em Vale de Judeus.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

“Há muitos alunos que estão a ter menos oportunidades”

EDUCAÇÃO Cerca de 60%o das escolas já começaram o novo ano escolar, mas milhares de alunos não têm ainda professor a uma ou mais disciplinas. Situação que os prejudica como reconheceu o primeiro--ministro Luís Montenegro.

Primeiro-ministro Luís Montenegro foi a uma escol a em Viseu para assinalar a abertura do ano letivo.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

“Há muitos alunos que estão a ter menos oportunidades, porque não têm professor a pelo menos uma disciplina, alguns a mais do que uma disciplina”. A frase é do primeiro-ministro Luís Montenegro que reconheceu no primeiro dia em que as escolas começaram a receber alunos – mais de metade já abriram portas e até dia 16 as restantes iniciarão as aulas – que o ensino público ainda necessita de muitos professores e que essa falta prejudica os alunos, pois cerca de 117 mil estarão sem docente a pelo menos uma disciplina.

O líder do Governo confirmou, assim, que o novo ano letivo começou com…os mesmos problemas do ano passado.

Com os problemas da Educação na ordem do dia, o Governo não deixou de marcar presença no arranque de um novo ano letivo. O primeiro-ministro, Luís Montenegro, o ministro da Educação, Fernando Alexandre, e o presidente da Assembleia da República, Aguiar Branco, estiveram ontem numa escola de Viseu para assinalar o primeiro dia do ano letivo 2024-2025.

Para Luís Montenegro, “a valorização do trabalho dos professores é fundamental porque temos de tirar proveito do seu potencial, de lhe retirar a carga burocrática que lhe tira tempo para o essencial da sua tarefa que é ensinar”.

O líder do Executivo destacou o “esforço grande que o ministro da Educação, Ciência e Inovação está a fazer para encontrar respostas de emergência”. O primeiro-ministro admitiu haver “muitos alunos que estão a ter menos oportunidades” devido à falta de professores e garantiu que o Governo não ficará “a contemplar a situação”.

Já Aguiar Branco realçou o envelhecimento dos professores e a saúde mental. “Temos sim um corpo docente mais envelhecido, em quase todos os ciclos de ensino, mais de metade dos professores está acima dos 50 anos, muitos, mais de 60%, com problemas de *burnout* e de saúde mental que exigem a atenção de quem decide”, explicou. A solução passa, segundo o presidente da Assembleia da República na formação de novos docentes para fazer face à falta de professores e à falta de “igualdade de oportunidades” para os alunos, já que os que têm “mais posses recorrem a explicadores particulares e fazem-no cada vez mais”. Recorde-se que Fernando Alexandre admitiu o agravamento do número de alunos sem aulas, nos próximos dias, com a necessidade de substituir professores que apresentam baixa médica.

> “Mais de metade dos professores está acima dos 50 anos, muitos, mais de 60%, com problemas de *burnout* e de saúde mental que exigem a atenção de quem decide”, lembrou o presidente da Assembleia da República, Aguiar Branco.

PCP entrega projeto-lei para propor mais apoios

O PCP entregou no parlamento um projeto-lei que propõe apoios à deslocação e habitação para todos os professores colocados a mais de 50 quilómetros de casa e outro onde pede o fim das propinas no Ensino Superior. O partido entregará ainda uma terceira iniciativa destinada aos estudantes e famílias e que passa, por exemplo, pela gratuitidade das refeições para todos os estudantes na escolaridade obrigatória.

Em conferência de imprensa no parlamento, a líder parlamentar do PCP, Paula Santos, considerou que o “novo ano letivo se inicia com um conjunto de problemas por resolver”. “Faltam professores, há alunos que não têm professores a todas as disciplinas, há recursos humanos que faltam nas escolas, nomeadamente psicólogos, técnicos especializados, meios para a educação inclusiva. As vagas de pré-escolar são ainda insuficientes, há escolas com instalações degradadas”, enumerou, dizendo que o partido não vê, por parte do Governo, as soluções necessárias.

Na segunda-feira, após reunião entre sindicatos de professores e ME, o Governo reviu em alta os valores previstos para apoio financeiro aos professores deslocados e colocados em escolas carenciadas a mais de 70 quilómetros da sua residência, independentemente do grupo de recrutamento, que variará entre 150 e 450 euros, em função da distância. Uma medida que, apesar de resultar numa melhoria face à proposta inicial, ainda é considerada insuficiente pelos sindicatos. Ontem, André Pestana, coordenador do Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (S.T.O.P) defendeu ser necessário dignificar a profissão e não criar mais divisões entre os professores. O líder sindical questionou o limite de 70 quilómetros de distância para os professores deslocados.

Pais ameaçam fechar escola por falta de condições

O líder do S.T.O.P alertou também para a degradação das escolas, alertando para a repetição dos problemas dos anos anteriores, “com escolas onde chove nas salas de aulas e alunos que passam frio”.

Uma das escolas sinalizadas pelo Governo como sendo de intervenção prioritária é a Eugénio de Andrade, no Porto. Ao DN, a Associação de Pais da Escola Eugénio de Andrade (APEE), diz considerar não estarem garantidas as condições de segurança que viabilizem a abertura desta escola no

PAULO NOVAIS/LUSA

início do ano letivo", previsto para hoje. Em comunicado, a APEE pede uma mobilização da comunidade escolar, "de forma a impedir a abertura de escola e o início das atividades letivas do presente ano curricular". Segundo os pais, a escola aberta em 1979 não foi alvo de qualquer intervenção estrutural, "resultando num edificado extremamente degradado e que coloca em risco toda a comunidade educativa". "As instalações continuam a degradar-se, colocando em perigo todas as pessoas que estudam, trabalham ou visitam a escola, persistindo as coberturas em fibrocimento, salas sem isolamento, pisos degradados, ausência de espaços cobertos, entre os problemas estruturais mais prementes de serem resolvidos", alerta a APEE. A associação de pais acusa a DGEST e Câmara do Porto de "total ausência de ações de correção dos problemas e riscos detetadas e falta de compromisso e de garantias". Com o possível encerramento da escola. A APEEA pretende "chamar a atenção pública para a degradação contínua das condições da escola, e do risco crescente em que crianças, professores, e funcionários, diariamente se deparam perante a inação e tentativas de desresponsabilização de quem deveria ter na educação das crianças a sua principal preocupação".

Presidente da República promulga regime excecional para recrutamento e apoio à deslocação

O Presidente da República promulgou ontem o diploma que cria um regime excecional e temporário para recrutamento do pessoal docente, a realizar ainda este ano letivo, e um apoio à deslocação para professores. As duas medidas, aprovadas na quarta-feira em Conselho de Ministros, procuram dar resposta ao problema da falta de professores. O apoio para docentes deslocados promulgado por Marcelo Rebelo de Sousa será atribuído aos professores colocados a mais de 70 quilómetros da sua residência. O valor do subsídio será pago a 11 meses e varia entre os 150 e os 450 euros, dependendo da distância da escola de colocação, face à morada fiscal. Segundo o Governo, esta medida representará um investimento estimado de 10 milhões de euros.

P&R

Ano letivo começa com ameaça de greve para dia 4

Quantos alunos estão sem professor?

Há ainda mais de 117 mil alunos sem docente a uma ou mais disciplinas, sobretudo nas áreas de Informática, Português e Matemática. As zonas mais carenciadas são as do Sul (Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), mas a falta de docentes afeta escolas de todo o país.

Quantas escolas vão ter obras de requalificação?

Estão previstas 32 intervenções "muito urgentes", 104 "urgentes" e 315 "prioritárias", num investimento que deverá rondar os dois mil milhões de euros, em parte financiado por fundos europeus. Anunciadas em 2023 pelo Governo de António Costa, as prometidas obras em 451 escolas públicas (até 2030) ainda não começaram.

O que muda na escola este ano letivo?

Mantêm-se as provas de 9.º ano, às disciplinas de Português e Matemática, mas, este ano letivo, os alunos vão fazê-las, pela primeira vez, em formato digital. As Provas de Aferição deixam de ser aplicadas aos alunos de 2º, 5.º e 8.º anos e passam a ser realizadas pelos estudantes em final de ciclo (4.º e 6.º ano). As Provas de Aferição continuam a não contar para a nota final. No Secundário também há mudanças. Os alunos do 11.º e do 12.º vão ter de realizar três exames nacionais para concluir o secundário: Português (exame obrigatório para o 12.º ano) e mais dois exames à escolha. Um deles terá de ser da componente específica ou Filosofia. Serão feitos em papel, embora haja alunos, em escolas-piloto, que as vão realizar em formato digital. Neste novo modelo aplicado para o Secundário, os exames nacionais voltam a contar para a classificação final e já não servem apenas como prova de ingresso ao Ensino Superior. Para os alunos do 12.º ano, as notas dos exames terão um peso de 30% na nota final da disciplina e de 25% para os exames do 11.º ano.

Os alunos podem ou não levar o telemóvel para a escola?

Não existe uma proibição, mas o Ministério da Educação (ME) aconselha a eliminação total da utilização de telemóveis nos 1.º e 2.º ciclos e restrições ao seu uso, no 3.º ciclo. Já para o ensino secundário, os próprios alunos deverão estar envolvidos na definição de regras de utilização. As medidas anunciadas pelo ME serão de adesão voluntária por parte das escolas e o seu impacto será avaliado ao longo do próximo ano letivo

Há alguma greve de professores ou de Assistentes Operacionais já marcada?

A Fenprof comunicou a primeira greve do novo ano letivo, ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva não tendo, por isso, impacto nas aulas. Uma paralisação contra os "abusos e ilegalidades" em relação aos horários de trabalho.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) anunciou ontem uma paralisação nacional dos trabalhadores não docentes, agendada para o dia 4 de outubro. Exigem melhores condições de trabalho.

Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, anunciou a mudança de liderança na DGRSP em conferência de imprensa.

GERARDO SANTOS

Isabel Leitão rejeitada por governo de Passos

PERFIL Em 2011, Aguiar Branco, então ministro da Defesa, alegando a necessidade de um "elevado grau de eficácia reformista" retirou-lhe o comando da secretária-geral do Ministério. Em 2017, o Tribunal de Contas condenou-a repor dinheiro nos cofres públicos.

TEXTO **ALEXANDRA TAVARES-TELES**

Isabel Leitão
Diretora-geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Condecorada com a medalha da Defesa Nacional de primeira classe em junho de 2011, curiosamente a data de entrada em funções do governo de Passos Coelho, nem assim convenceu o então ministro da Defesa. Aguiar Branco, em despacho de 29 de dezembro desse ano, determinaria "a cessação da comissão de serviço da Mestre Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão do cargo de Secretária-geral do Ministério da Defesa Nacional, com efeitos a partir do dia 30 do mesmo mês", rejeitando a escolha do antecessor, o socialista Augusto Santos Silva, ministro de José Sócrates.

O nome que tem a confiança da ministra da Justiça para liderar a reforma do sistema prisional não mereceu o reconhecimento de Aguiar Branco. O despacho justifica o 'despedimento' com a necessidade de "capacidade de reformista. De eficácia e de eficiência. "O espírito reformador das estruturas do Estado, consequência dos fortes constrangimentos económicos e orçamentais que atravessamos, obrigam a dotar as estruturas de uma nova orientação em termos de gestão, através de uma visão externa, com profunda capacidade reformista", lê-se no despacho. Que continua: "Impõe-se imprimir aos serviços da Secretária-geral um elevado grau de eficácia e eficiência, com capacidade de resposta aos exigentes desafios que se colocam ao país no quadro dos compromissos internacionais decorrentes do Programa de Assistência Económica e Financeira".

> Em 27 de janeiro de 2017[...], o Tribunal de Contas condenou Isabel Leitão "na reposição nos cofres públicos, do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP, da quantia de €12.537,00.

Isabel Leitão, a nova diretora-geral da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP,) assumindo, em regime de substituição, o cargo deixando vago pela demissão de Rui Abrunhosa Gonçalves, na sequência da fuga de cinco reclusos da prisão de Vale de Judeus, é um nome antigo e rodado na administração publica nacional.

Professora provisória, das disciplinas Matemática, Sociologia e Direito, no início de carreira, apresenta um currículo longo, consolidado em várias direções gerais nos consulados dos governos socialistas. Raros são os sobressaltos. E pouco duradouros. Nascida em Rio Frio, Bragança a 1 de outubro de 1962, é mestre em Administração e Políticas Públicas, tem o Curso de Defesa Nacional e uma Pós-graduação em Direito do Ambiente. É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, a que junta o curso de Alta Direção em Administração Pública, no ISCTE, concluído com a classificação de 16,8 valores e um Diploma de Especialização em Direção Financeira, com a avaliação de 18,1 valores.

As florestas

A passagem pela vice-presidente da Autoridade Florestal Nacional (AFN), entre 1 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, foi a menos pacifica. Em 27 de janeiro de 2017, em sentença assinada pelo juiz conselheiro João Aveiro Pereira, e transitada em julgado em 17 de fevereiro de 2017, o Tribunal de Contas condenou Isabel Leitão "na reposição nos cofres públicos, do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP, da quantia de 12.537,00, acrescida de juros de mora à taxa legal, a contar de 3 de setembro de 2010".

A ação "procedente, por provada", teve origem numa inspeção ordinária da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território à ex-Autoridade Florestal Nacional (ex-AFN) que incidiu sobre os procedimentos de contratação pública, tendo em vista a formação de contratos de prestação de serviços especializados na defesa da floresta, na Direção de Unidade de Defesa da Floresta (DUDEF), abrangendo o período entre 2009 e 2011. Durante o exercício de 2010 e incidindo, especialmente, na área da contratação de pessoal especializado no âmbito da Prevenção e Combate a Incêndios, a IGAMAOT procedeu à análise de diversos contratos de prestação de serviços, celebrados pela ex-AFN. "Tratou-se, em concreto, de sete contratos" – diz a sentença –, "todos outorgados por seis meses, no montante global de 15.300,00 cada, tendo sido feitos por "ajuste direto" com os interessados". Mais: "Todavia, em 3.09.2010, a demandada autorizou o pagamento de outros valores aos adjudicatários daqueles contratos de prestação de serviços. O processo seguiu para o Ministério Público (MP) que requereu o julgamento, em processo de responsabilidade financeira sancionatória.

O passado não é um país estrangeiro
Alberto Costa

Um acordo político-parlamentar *sui generis*

Houve um período em que vigorou entre os dois principais partidos políticos portugueses um "acordo político-parlamentar" (esteve até para se chamar "acordo de cooperação político-parlamentar") orientado para a introdução de mudanças na área da justiça. Um número significativo de soluções que ainda hoje se aplicam nalguns domínios surgiu à luz desse acordo – outras, contudo, são-lhe erroneamente atribuídas. Apesar de se tratar, pelo menos nas últimas décadas, de experiência única, os seus contornos são largamente ignorados, circulando julgamentos sumários. Numa cultura que tão pouco os valoriza, ver mais de perto um dos poucos acordos que teve resultados e vicissitudes que perduram é uma fonte de estímulos: do incentivo à prevenção.

O objectivo desse "acordo político-parlamentar", assinado em Setembro de 2006, não era ultrapassar dificuldades deliberativas: existia ao tempo uma maioria absoluta do PS no Parlamento. Era – recorrendo ao próprio preâmbulo do acordo – dotar as alterações em vista "de um apoio mais amplo do que uma maioria de Governo, e muito em especial do principal partido de oposição", assegurando desse modo "a estabilidade de opções legislativas cujos resultados só se consolidam para lá do âmbito de uma legislatura." O texto do acordo incluía orientações detalhadas a respeito de um considerável número de matérias, acerca das quais se alcançara consenso (incluindo, entre outras, revisões dos códigos penal e de processo penal, uma reforma dos recursos cíveis, alterações no domínio da acção executiva, mudanças no regime de acesso e no estatuto dos magistrados, nomeadamente no acesso aos tribunais superiores, atribuição de mais autonomia e algumas novas regras ao Conselho Superior de Magistratura, e até uma revisão do mapa judiciário, com recurso ao critério das NUT3). Quem só conheça os diagnósticos que agora se repetem perguntará talvez porque não se incluiu a justiça administrativa e fiscal e a explicação é simples: em data relativamente recente – 2004 – tinha chegado a esses tribunais uma vasta reforma, de que se esperavam então resultados positivos.

Durante um período apreciável registou-se observância plena do acordo. Ao longo de duas sessões legislativas, nos prazos acordados, as propostas de lei que desenvolviam as orientações incluídas no documento foram sendo submetidas ao Parlamento – onde o acordo fora assinado – e aí objecto de aprovação por parte dos dois partidos signatários (e obviamente, conforme os casos, também por um ou outro mais). Houve mais do que isso, no entanto. Algumas das inovações logo no ano seguinte acolhidas pela Assembleia, no âmbito da revisão do Código de Processo Penal (novo regime de segredo de justiça, efeitos do incumprimento de prazos , limitações na aplicação de medidas de coacção, novo regime de escutas telefónicas, sujeição a controlo judicial de mais decisões do Ministério Público) foram objecto de fortes críticas, tendo sido sempre vivamente defendidas também por parte do PSD. E isso ocorreu frente a diversos pronunciamentos académicos hostis na sua própria área (alguns assegurando inconstitucionalidades nunca declaradas), assomos populistas de diversa origem que davam como inevitável a duplicação dos crimes , e intensa reacção sindical e corporativa a várias das novas regras.

Deve esclarecer-se, aliás, que as novas soluções legislativas (tal como acontecia com a revisão do Código Penal, as lei da Política Criminal, da Organização da Investigação Criminal, da Mediação Penal e outras mais) não decorriam de exercícios opinativos de circunstância ou de meros procedimentos lógico-dedutivos: assentavam nos trabalhos e nos consistentes projectos elaborados pela Unidade de Missão para a Reforma Penal (2005-2007), especialmente criada com vista à concepção, apoio e coordenação das iniciativas de reforma em matéria penal , e onde estava também assegurada a participação de representantes de todos os sectores envolvidos, deles tendo sido recebidos sérios contributos.

Foi só à nona iniciativa legislativa – a última das que estavam compreendidas no acordo – que se verificou alteração de atitude por parte do PSD (estávamos em 2008 e Marques Mendes tinha saído da liderança). A prevista revisão do mapa judiciário desceria assim ao terreno (Baixo Vouga, Alentejo Litoral e Grande Lisboa Noroeste foram as comarcas-piloto, tendo vindo a merecer mais tarde avaliação positiva) apenas com o voto da maioria.

"Nos últimos 14 anos, algumas normas em aplicação em pontos tão relevantes para o Estado de Direito, como a duração dos processos de inquérito ou a aplicação de medidas de coacção acabaram por não ser as previstas e aprovadas em resultado do acordo celebrado, mas outras que delas se viriam a afastar."

A primeira inversão de sentido chegaria, contudo, através de proposta de lei proveniente do segundo Governo de José Sócrates, com o expresso afastamento de várias das soluções decorrentes do acordo no domínio do processo penal. Além doutras alterações com justificação própria, dessa proposta resultariam permissões bem mais latas em matéria de duração dos inquéritos (os prazos legais não tinham sido alterados em 2007, nem no acordo!) e também em sede de medidas de coacção: vários falarão, por isso, na "contra-reforma de 2010". Com o passo dado, por vários classificado como apaziguador, pretendia-se dar satisfação às críticas e reivindicações emanadas, em particular, da área do MP. E só não se iria ainda para mais longe do acordo porque a Assembleia – já não havia maioria absoluta – acabou por não seguir a proposta de lei em todos os tópicos, designadamente em matéria de segredo de justiça.

Neste domínio há, pois, uma conclusão a extrair: nos últimos 14 anos, algumas normas em aplicação em pontos tão relevantes para o Estado de Direito, como a duração dos processos de inquérito ou a aplicação de medidas de coacção acabaram por não ser as previstas e aprovadas em resultado do acordo celebrado, mas outras que delas se viriam a afastar. Estarei enganado… ou não é à volta dessas normas e desses pontos que em tempos recentes se têm suscitado problemas sérios, ou melhor, nunca deixaram de se suscitar ?

Advogado, ex-ministro da Justiça
O texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

Simulação da poupança obtida com a descida das taxas Euribor em setembro
Prazo de reembolso: 30 anos (360 meses); Spread: 1,00%; Valores em euros

VALOR DO EMPRÉSTIMO	PRESTAÇÃO MENSAL ANTERIOR A SET. 2024	PRESTAÇÃO MENSAL REVISTA EM SET. 2024	POUPANÇA MENSAL	POUPANÇA ANUAL	PRESTAÇÃO MENSAL ANTERIOR A SET. 2024	PRESTAÇÃO MENSAL REVISTA EM SET. 2024	POUPANÇA MENSAL
100 000,00	Euribor 3 Meses (Maio 2024) 525,45	Euribor 3 Meses (3,548%) 509,54	-15,91	-190,92	Euribor 6 Meses (Fev. 2024) 530,79	Euribor 6 Meses (3,425%) 502,24	-28,55
150 000,00	Euribor 3 Meses (Maio 2024) 788,18	Euribor 3 Meses (3,548%) 764,31	-23,87	-286,44	Euribor 6 Meses (Fev. 2024) 796,18	Euribor 6 Meses (3,425%) 753,36	-42,82
200 000,00	Euribor 3 Meses (Maio 2024) 1050,90	Euribor 3 Meses (3,548%) 1019,08	-31,82	-381,84	Euribor 6 Meses (Fev. 2024) 1061,58	Euribor 6 Meses (3,425%) 1004,48	-57,10
250 000,00	Euribor 3 Meses (Maio 2024) 1313,63	Euribor 3 Meses (3,548%) 1273,85	-39,78	-477,36	Euribor 6 Meses (Fev. 2024) 1326,97	Euribor 6 Meses (3,425%) 1255,60	-71,37
300 000,00	Euribor 3 Meses (Maio 2024) 1576,35	Euribor 3 Meses (3,548%) 1528,62	-47,73	-572,76	Euribor 6 Meses (Fev. 2024) 1592,36	Euribor 6 Meses (3,425%) 1506,72	-85,64

Cortes nos juros dão poupança de até 650 euros por ano em cada 100 mil de crédito

HABITAÇÃO As Euribor, que servem de referência para o crédito à habitação, têm vindo a baixar, antecipando as descidas das taxas diretoras do Banco Central Europeu. Deverão acabar o ano abaixo dos 3%, mas o regresso à normalidade – mais perto dos 2% – ainda vai demorar.

TEXTO **NUNO VINHA**

O Banco Central Europeu procedeu ontem a um novo corte nas suas taxas diretoras, depois de ter inaugurado o ciclo de descidas em junho último. As duas mexidas combinadas resultaram numa diminuição em 0,5 pontos percentuais. O mercado já descontou esse efeito e a evolução mais recente das taxas Euribor - que servem de indexante à maioria dos créditos à habitação em Portugal - revela isso mesmo, já com impacto nas prestações da casa que as famílias pagam aos bancos.

Para quem tenha um empréstimo à habitação de 100 mil euros a 30 anos, com a Euribor a seis meses e spread de 1%, a poupança mensal a partir de setembro, tendo em conta a média da Euribor em agosto, será de 28,55 euros mensais (ou seja, 342 euros/ano) revelam as simulações realizadas pela DECO para o DN. A prestação mensal desce de 530,79 para 502, 24 euros. Nos créditos com Euribor a 12 meses, com o mesmo prazo e spread, a poupança pode chegar aos 651 euros por ano em cada 100 mil euros de empréstimo (ver infografia).

Ao DN, Natália Nunes, coordenadora do Gabinete de Proteção Financeira da associação DECO, lembra que a poupança será sentida apenas quando o contrato for revisto, dependendo de o empréstimo ter sido contratado com base na Euribor a três, seis ou 12 meses. “Não tem impacto imediato nas prestações das famílias”, sublinha.

Embora em linha descendente, as taxas de juro subjacentes ao crédito à habitação continuam longe dos mínimos de dezembro de 2021. O mesmo empréstimo de 100 mil euros pagava, em janeiro de 2022, 297,22 euros de prestação, tendo em conta a média da

POUPANÇA ANUAL	PRESTAÇÃO MENSAL ANTERIOR A SET. 2024	PRESTAÇÃO MENSAL REVISTA EM SET. 2024	POUPANÇA MENSAL	POUPANÇA ANUAL
-342,60	Euribor 12 Meses (Fev. 2024) 541,29	Euribor 12 Meses (3,166%) 487,03	-54,26	-651,12
-513,84	Euribor 12 Meses (Fev. 2024) 811,94	Euribor 12 Meses (3,166%) 730,55	-81,39	-976,68
-685,20	Euribor 12 Meses (Fev. 2024) 1082,58	Euribor 12 Meses (3,166%) 974,07	-108,51	-1302,12
-856,84	Euribor 12 Meses (Fev. 2024) 1353,23	Euribor 12 Meses (3,166%) 1217,59	-135,64	-1627,68
-1027,68	Euribor 12 Meses (Fev. 2024) 1623,88	Euribor 12 Meses (3,166%) 1461,10	-162,78	-1953,36

Euribor a seis meses no mês anterior (dezembro de 2021), que estava em valor negativo (-0,545%).

"Há alguma tendência para a diminuição das taxas, mas ainda estão na ordem dos 3%. Ainda falta algum caminho. As subidas foram galopantes, mas as descidas não o estão a ser", observa Natália Nunes.

Se a Euribor chegar aos 2%, a taxa considerada "natural", os cálculos da DECO indicam que a prestação do exemplo atrás, dos 100 mil euros de empréstimo, desce para 421,60 euros, o que se traduz numa poupança de 80,64 euros em relação à prestação paga neste mês de setembro.

E quando se espera que as taxas de juro do crédito à habitação normalizem? "Em princípio só em 2025, não sabemos ainda o que é que vai acontecer. Há alguns fatores que têm que ser tidos em conta, que podem influenciar o processo de decisão do BCE e que podem levar a que esta descida seja ainda mais lenta do que está a ser. Não podemos esquecer que continuamos com conflitos na Europa e temos algumas economias a dar sinais de estagnação. Tudo isso acaba por ter impacto na política do BCE e influenciar as taxas Euribor".

A presidente do BCE reiterou ontem que as próximas decisões quanto às taxas de juro "basear-se-ão na avaliação das perspetivas de inflação, à luz dos dados económicos e financeiros que forem sendo disponibilizados, da dinâmica da inflação subjacente e da robustez da transmissão da política monetária. O Conselho do BCE não se compromete previamente com uma trajetória de taxas específica". O mercado, no entanto, acredita que até ao final do ano as Euribor continuem a cair para níveis inferiores a 3%. A taxa a 12 meses baixou ontem para 2,929%, a Euribor a seis meses também caiu , para 3,265%, enquanto que a taxa a três meses subiu para 3,481%. O que conta para efeitos de cálculo dos juros na habitação, no entanto, é a média mensal no mês anterior ao contrato de crédito. **Com C.A.R.**

> Embora em linha descendente, as taxas de juro subjacentes ao crédito à habitação continuam longe dos mínimos de dezembro de 2021. A taxa considerada "natural", de 2%, só deverá ser alcançada em 2025, estima a DECO.

Lagarde elogia relatório Draghi e pede decisão política

UE Líder do BCE diz que cabe aos governos aplicar as medidas, mas que as propostas podem ajudar o banco central a cumprir melhor o seu mandato.

TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO**

A presidente do Banco Central Europeu aproveitou a conferência de imprensa em que anunciou mais um corte de 0,25 pontos percentuais nas taxas de juro para tecer rasgados elogios ao relatório Draghi, o documento que a presidente da Comissão Europeia encomendou ao antigo primeiro-ministro italiano, e também ex-presidente do BCE, Mario Draghi, e que foi entregue a Ursula von der Leyen esta segunda-feira.

"Ainda não tivemos tempo para dissecar tudo, é suficientemente substancial para requerer mais tempo, atenção especial. Mas é um relatório formidável, na medida em que faz um diagnóstico severo, mas que é justo", disse Christine Lagarde. O documento aponta "propostas práticas para atingir reformas estruturais, e podia ser extremamente útil para a Europa se tornar mais forte, mas também para nós – nós banco central –, atingirmos melhores resultados na nossa política monetária", observou a líder do banco central da zona euro. Para Lagarde, "se a produtividade puder aumentar em resultado das reformas estruturais, por exemplo, isso seriam muito boas notícias para nós. Se a união do mercado de capitais puder ser implementada e mais financiamento tornar-se disponível para financiar inovação, isso são boas notícias quando toca à inflação". Questionada sobre se a implementação das propostas de Draghi poderia ter impacto na atividade do BCE, Lagarde colocou de lado essa possibilidade. "Não vi no relatório nenhuma sugestão de que o mandato do BCE deveria ser modificado. (..). O que foi sugerido por Mario Draghi tem muito mais a ver com reformas estruturais, e espero muito que as autoridades executivas responsáveis o levem a sério", sublinhou.

A presidente do BCE lembrou que as reformas estruturais propostas por Draghi "vão ser da responsabilidade dos governos, vão requerer liderança da Comissão e dos líderes na Europa". E a missão do BCE continuará a mesma. "A política monetária fará o que tem de fazer, que é providenciar estabilidade de preços cumprindo o seu mandato. Reformas estruturais não são da responsabilidade do banco central, são da responsabilidade dos governos", disse.

Com os cortes anunciados ontem, a taxa de facilidade permanente de depósito passou para 3,5%, a taxa de refinanciamento para 3,65% e a taxa de cedência de liquidez para 3,9%. O BCE prevê que a inflação fique, em média, em 2,5% este ano, 2,2% em 2025 e 1,9% em 2026. E diz que no segundo semestre do próximo ano deverá atingir o objetivo dos 2%.

carla.ribeiro@dinheirovivo.pt

DANIEL ROLAND / AFP

"É um relatório formidável, na medida em que faz um diagnóstico severo, mas que é justo", diz Christine Lagarde.

Contraofensiva em Kursk com Putin a advertir países da NATO

CONFLITO Zelensky diz que resposta russa faz parte do seu plano. Líder russo afirma entretanto que armas ocidentais no seu território equivale a guerra da Aliança Atlântica contra Moscovo.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

As autoridades russas e o presidente ucraniano coincidiram por uma vez, com Moscovo a dizer que as suas tropas "penetraram" numa faixa de território da região de Kursk e Volodymyr Zelensky a admitir a existência da contraofensiva. Hoje, em Washington, Joe Biden e Keir Starmer poderão anunciar os novos contornos do uso de armas norte-americanas e britânicas em solo russo, hipótese que levou o presidente russo a reagir.

"Unidades do grupo de tropas 'Norte' libertaram 10 povoações em dois dias", afirmou o Ministério da Defesa russo num comunicado. Em Kiev, numa conferência de imprensa, Zelensky disse que "os russos lançaram ações contraofensivas." Limitou-se a dizer sobre o tema que este ataque russo está "em linha com o plano ucraniano." Acrescentou que estão a ser observadas concentrações de tropas bielorrussas de há algum tempo para cá, movimentações que estão "sob controlo".

Kiev lançou uma incursão surpresa na região fronteiriça russa de Kursk a 6 de agosto, apoderando-se de dezenas de povoações. Zelensky disse anteriormente que o ataque surpresa à região russa de Kursk era o passo inicial de um "plano de vitória" em quatro partes. De forma mais ou menos assumida, o ataque surpresa teve como objetivos desviar recursos militares russos da frente de Donetsk, aprisionar soldados para trocar com ucranianos, levar a guerra à Rússia numa tentativa de enfraquecer a imagem do Kremlin junto da população e em simultâneo moralizar as tropas de Kiev. Além disso, o território poderá servir como moeda de troca numa eventual negociação, até porque os ucranianos dizem não ter qualquer interesse em conquistar território.

Veículos da Cruz Vermelha foram bombardeados por forças russas na região de Donetsk. POLÍCIA NACIONAL DA UCRÂNIA/AFP

Segundo as autoridades ucranianas, na semana passada Kiev tinha sob seu controlo 100 povoações em quase 1300 quilómetros quadrados de terras russas. Moscovo demorou a reagir, tendo nas primeiras semanas retirado da região cerca de 150 mil pessoas. Vladimir Putin disse há dias que a prioridade militar é a conquista da totalidade do Donbass, ou seja as regiões ucranianas de Donetsk e Lugansk.

Na frente de Donetsk, as forças russas atingiram veículos do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), tendo morrido três funcionários ucranianos no bombardeamento. O CICV disse que os seus trabalhadores foram mortos quando se preparavam para distribuir madeira e briquetes aos residentes da região. "Condeno com toda a veemência os ataques contra o pessoal da Cruz Vermelha. É inconcebível que um bombardeamento atinja um local de distribuição de ajuda", escreveu em comunicado a presidente do CICV, Mirjana Spoljaric.

> Vladimir Putin jogou a cartada de equiparar o uso de armamento ocidental para atingir alvos em solo russo a uma guerra entre a NATO e a Rússia, horas antes do encontro entre Joe Biden e Keir Starmer.

Putin ameaça

Na sequência da visita conjunta a Kiev dos chefes da diplomacia do Reino Unido e dos Estados Unidos, David Lammy e Antony Blinken, respetivamente, o primeiro-ministro britânico encontra-se hoje com o presidente dos EUA em Washington. Um dos temas em análise é a assistência militar à Ucrânia e o ponto pelo qual Kiev mais se tem batido nas última semanas, o fim das restrições das armas de longo alcance. O tema ganhou nova preponderância após Blinken ter confirmado que a Rússia recebeu centenas de mísseis balísticos do Irão e abriu a porta a uma mudança de política. Segunda-feira, um grupo de congressistas republicanos escreveu uma carta a Joe Biden, para que este levantasse as limitações. Mas a administração Biden teme o avolumar do conflito.

Segundo o jornal *online* Politico, as discussões entre Kiev, Londres e Washington ainda estão por finalizar, incluindo os EUA concordarem que a Ucrânia utilize mísseis de longo alcance do Reino Unido, que contêm peças norte-americanas, para atacar em território russo. Já o *Times* de Londres adianta que Biden deve dar luz verde ao uso dos britânicos Storm Shadow e dos franceses Scalp, mas não dos norte-americanos ATACMS.

Esta capacidade ucraniana "mudaria de forma significativa a própria natureza do conflito", disse o líder russo. "Significaria que os países da NATO, os EUA e os países europeus estão em guerra com a Rússia. Então, tendo em conta a mudança de natureza do conflito, tomaremos as decisões apropriadas com base nas ameaças que iremos enfrentar."

cesar.avo@dn.pt

E AINDA

MÍSSIL ATINGE CARGUEIRO
Um míssil russo atingiu na manhã de quinta-feira um cargueiro no Mar Negro, mas não terá causado vítimas. Segundo informou o presidente ucraniano, o navio transportava trigo e tinha como destino o Egito. "O trigo e a segurança alimentar nunca deveriam ser alvos de mísseis", disse Volodymyr Zelensky. Desde que Moscovo abandonou o acordo negociado com a ONU e a Turquia, no corredor marítimo criado por Kiev já transitaram mais de 5 mil navios.

ZELENSKY CRITICA BRASIL
Em entrevista ao *site* Metrópoles, o líder ucraniano criticou uma iniciativa de paz brasileira e chinesa que, segundo disse, não ouviu Kiev. Zelensky também não mostrou grande esperança em ter Brasília como aliado: "Infelizmente, acredito que eles [o Governo brasileiro] estão do lado da Rússia."

CRIMES CONTRA CRIANÇAS
O procurador-geral da Ucrânia disse que estão em investigação 4 mil crimes de guerra contra crianças. Segundo Andrii Kostin, há 54 pessoas sob suspeita, outras 44 têm processo em tribunal, e há 31 veredictos contra criminosos de guerra russos por crimes contra crianças ucranianas.

Quanto vale o apoio de Taylor Swift nas presidenciais dos EUA?

INFLUÊNCIA Sondagem da *Newsweek* indica que 18% dos eleitores se mostram "mais propensos" ou "significativamente mais propensos" a votar num candidato apoiado pela cantora.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Passavam poucos minutos do final do debate presidencial desta terça-feira entre Kamala Harris e Donald Trump quando Taylor Swift decidiu partilhar com os seus 284 milhões de seguidores no Instagram que apoiava a candidatura da democrata à Casa Branca. Uma publicação, com comentários bloqueados, que, desde então já recebeu a aprovação de mais de 10,2 milhões de pessoas. Mas a grande questão é: que peso tem o apoio da estrela norte-americana de 34 anos nas eleições de novembro?

Uma sondagem feita em janeiro para a *Newsweek* indicava que 18% dos eleitores se mostravam "mais propensos" ou "significativamente mais propensos" a votar num candidato apoiado por Swift. Por outro lado, 17% disseram que teriam menos probabilidade de votar num candidato apoiado pela cantora, enquanto 55% não teriam nem mais nem menos probabilidade de fazê-lo. Segundo o mesmo estudo de opinião, levado a cabo pela Redfield & Wilton Strategies, um apoio de Taylor Swift teria maior impacto sobre os eleitores mais jovens – cerca de três em cada 10 americanos com menos de 35 anos disseram que teriam maior probabilidade de votar num candidato apoiado por Swift, enquanto que apenas 4% dos eleitores com 65 anos ou mais afirmaram que seriam influenciados por um endosso da voz de *Shake it off*.

"Numa eleição em que se espera que o voto dos jovens seja fundamental para a conquista da Casa Branca, a influência de Swift é ainda mais importante. As eleições de 2024 verão oito milhões de novos votantes potenciais no eleitorado, de acordo com o Centro de Informação e Pesquisa sobre Aprendizagem e Engajamento Cívico. Isso significa que 41 milhões de membros da Geração Z poderão votar em novembro", escrevia a *Newsweek* em janeiro, na sequência da sua sondagem.

Para o especialista em *media* Brad Adgate, em declarações à mesma revista norte-americana, o impacto mais imediato que Taylor Swift pode ter numa eleição será encorajar as pessoas a votarem. E foi isso, precisamente, que a cantora fez agora por duas vezes no espaço de 24 horas. Na sua mensagem de apoio a Kamala Harris, Swift deixou um alerta "principalmente aos eleitores de primeira viagem" para terem em mente que "para votar é preciso estar registado."

"Também acho que é muito mais fácil votar antecipadamente. Colocarei um *link* sobre onde se registar e encontrarem datas de votação antecipada", informou ainda a cantora. Segundo um porta-voz da Administração de Serviços Governamentais dos EUA, esta publicação de Swift Instagram levou diretamente a 337.826 pessoas a visitarem o *site* vote.gov, a página partilhada por Taylor Swift e que ajuda os cidadãos norte-americanos a perceber como podem registar-se para votar. Na quarta-feira à noite, na cerimónia dos Video Music Awards da MTV, onde arrecadou sete prémios, Taylor Swift voltou a pedir a quem tem mais de 18 anos para se registar como eleitor.

Esta não é a primeira vez que a cantora usa a sua influência para impulsionar o número de eleitores registados. No ano passado, numa publicação também partilhada no Instagram, Swift encorajou os seus então 272 milhões de seguidores a registarem-se no Vote.gov, levando mais de 35 mil pessoas a fazê-lo em apenas um dia. Um número que, segundo o *The New York Times*, representa "um salto significativo comparado com o ano anterior e especialmente significativo por se tratar de um ano sem eleições."

O poder dos *Swifties*

Na opinião do especialista em análise de dados políticos da CNN Harry Enten, os fãs de Swift, os chamados *Swifties*, também podem ser uma ajuda para Kamala Harris, pois "a vice-presidente está atualmente a lutar, relativamente falando, com os eleitores mais jovens."

"Uma média recente de sondagens nacionais mostra que ela vence entre os eleitores com menos de 30 anos por 15 pontos", refere o mesmo jornalista, sublinhando que "tanto Harris quanto Biden tiveram resultados piores entre os eleitores jovens este ano, em comparação com Biden em setembro de 2020. Naquela época, Biden mantinha uma vantagem de 25 pontos entre os eleitores jovens. Essa vantagem aumentaria para 29 pontos nas últimas sondagens pré-eleitorais de 2020."

Em campo está já um grupo chamado *Swifties For Kamala*, que tem como objetivo mobilizar fãs de Taylor Swift e já conseguiu angariar mais de 150 mil dólares para a campanha da candidata democrata. Criado em julho, após a desistência de Joe Biden da corrida à presidência, o movimento conta com mais de 250 mil seguidores nas redes sociais, e entre os seus apoiantes estão os senadores democratas Ed Markey, de 78 anos, e Elizabeth Warren, de 75.

"Estamos a falar sobre organizar festas para fazer pulseiras e conversar com as pessoas sobre se estão registadas para votar, se sabem como votar", explicou ao *The Guardian* April Glick Pulito, de 36 anos, uma especialista em comunicação política que trabalhou na campanha de Biden em 2020 e diretora política do *Swifties For Kamala*. "Estes grupos de identidade individual que estão a surgir – todos se sentem muito entusiasmados em se ligar com suas próprias comunidades, e a comunidade *Swiftie* é tão grande e poderosa."

ana.meireles@dn.pt

Trump recusa novo debate com Kamala

Donald Trump recusou um novo debate com Kamala Harris. Numa publicação na sua rede social, Truth Social, o candidato escreveu que "não haverá terceiro debate" – referindo-se ao frente-a-frente que teve com o atual presidente, Joe Biden, antes deste se retirar da corrida presidencial. "Quando um premiado perde uma luta, as primeiras palavras da sua boca são: 'Quero uma desforra'", escreve Donald Trump, reiterando que "as sondagens mostram claramente" que ganhou o debate "contra a camarada Kamala Harris". Isto apesar de todas as sondagens apontarem o contrário.

Swift aproveitou a cerimónia dos VMA para apelar ao voto dos maiores de 18 anos.

NOAM GALAI / GETTY IMAGES NORTH AMERICA / GETTY IMAGES VIA AFP

Ana Santos Pinto

"Não sou fã da ideia dos 2% para a Defesa porque acho que é uma métrica cega"

NATO A professora e investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais da NOVA, ex-secretária de Estado da Defesa, falou ao DN sobre as *nuances* da criação de uma pasta desta área na Comissão Europeia, da aposta que deve ser feita na indústria do setor, fez um balanço de Jens Stoltenberg como secretário-geral da Aliança Atlântica e antecipa o mandato de Mark Rutte.

ENTREVISTA **SUSANA SALVADOR**

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, está no processo de escolher a equipa e distribuir as pastas, sendo que tinha prometido criar a da Defesa. Mas isso não é tão simples como pode parecer. Quais são os obstáculos?
Na conferência de Munique deste ano, a presidente Von der Leyen assumiu publicamente o compromisso de criar um comissário para a Defesa. Mas é importante salientar que a Comissão não tem competência em matéria de Defesa, de acordo com os tratados. O que existe, até agora, é dentro do Comissariado ou na área do Mercado Único, uma direção geral que une a área do Espaço com a Segurança e Defesa. Porque essa é a forma, dentro do que existe hoje em dia do ponto de vista político, de dar capacidade de ação à Comissão. Uma outra forma, e penso que será a partir daí que o próximo Colégio de Comissários vai trabalhar, é na área da Indústria e da reindustrialização europeia. Aí a indústria de Defesa pode ter um papel importante.

De que forma?
Há duas coisas que podem ser feitas. A primeira é colocar os produtos de Defesa e da indústria militar dentro do mercado único, onde não estão. E isso seria um passo gigante. Neste momento, do ponto de vista prático, a aquisição de equipamento militar não é muito diferente se fizermos a um Estado membro da UE ou a um Estado terceiro, fora da UE. E isto tem consequências do ponto de vista do preço. Até hoje a Comissão sempre tem lutado por incluir os produtos de Defesa no mercado único. O Reino Unido era contra, de uma forma muito significativa. Veremos agora com os desenvolvimentos que temos e com este novo discurso e a importância que a Defesa vai adquirindo, se vai conseguir ou não. E isso é muito importante para a Indústria europeia, porque se comprarmos mais europeu, isto significa que podemos ter maior capacidade, por um lado, de autonomia, e por outro, que entra mais dinheiro na Economia europeia e isso depois é bom para as sociedades. Essa é uma avaliação que deve ser feita. O segundo é em matéria de financiamento, ou seja, se existirá ou não uma linha de financiamento europeia para aquisições na área da Defesa. O que existe hoje em dia são para aquisições de duplo uso, ou seja, tem de ter uma componente civil para serem financiadas, portanto tem de ser civil e militar. Como a necessidade dos Estados membros da UE é praticamente transversal, ou seja, todos têm a mesma necessidade de financiamento e a mesma escassez orçamental, veremos se é possível criar uma linha de financiamento e como é que essa linha de financiamento funcionará, e isto também pode estar na agenda da próxima Comissão.

> *"A ideia de exército europeu cria anticorpos que não são necessários, porque aquilo que é preciso fazer não passa pela criação de um exército autónomo. Eu posso utilizar, como se usa nas Nações Unidas ou na NATO, os recursos próprios de cada um dos Estados-membros. Tem é de haver estrutura de comando e controlo."*

Tudo isso pode ser feito sem um comissário específico para a Defesa...
Há essa intenção, há esse compromisso. O que eu creio que faz sentido olhando para o padrão de comportamento da UE, em particular nos últimos cinco anos, é colocar a Defesa dentro no nome do comissário, digamos assim, mas não ser exclusivo, porque de facto a Comissão não tem competência nesta matéria. Eu creio que o objetivo não é o nome, o objetivo é o programa político e aquilo que se consiga fazer. Do ponto de vista prático, é claro que a visibilidade de um comissário indica a importância que é dada ao tema, portanto, se tiver com esta responsabilidade e for reconhecido, digamos assim, nas áreas políticas que tutela, isso dá-lhe maior força e dá-lhe maior visibilidade.

E a ideia de um exército europeu. Faz sentido?
Eu acho que o exército europeu, a designação de exército europeu, é profundamente ineficaz. Porque quem tem exércitos são os Estados, a UE não é um Estado, e todos os Estados-membros da UE têm compromissos nas várias áreas políticas e a esmagadora maioria tem compromissos na área de Defesa, e têm exércitos, e têm Marinhas, e têm Forças Aéreas. A NATO não tem um Exército da Aliança Atlântica e não é por isso que não é uma aliança político-militar com capacidade de criar missões e muito eficaz. Portanto, a ideia de exército europeu cria anticorpos que não são necessários, porque aquilo que é preciso fazer não passa pela criação de um exército autónomo. Eu posso utilizar, como se usa nas Nações Unidas ou na NATO, os recursos próprios de cada um dos Estados-membros. Tem é de haver estrutura de comando e controlo, todo um sistema que funcione e que ative essas forças quando é necessário.

Falámos da indústria do armamento europeia. É importante também para ficarmos menos dependentes dos EUA, para nos dar mais ferramentas...
Eu creio que é um bocadinho mais do que isso. É importante ter a noção, por exemplo, no caso da NATO, de que o investimento que os EUA fazem na NATO anualmente, um terço volta à Economia norte-americana. Porquê? Porque os EUA são o principal produtor, em particular, daquilo que são as capacidades e os equipamentos mais sofisticados e portanto mais caros, logo, a área da Indústria, que se chama Indústria de Defesa, que não é só armamento, é bastante mais do que isso, tem esta capacidade, que é uma capacidade de retorno económico para as sociedades. E isso é importante porque cria postos de trabalho, porque cria dinamismo, porque baseia-se em inovação, etc. E isso também é bom para as sociedades europeias. A segunda questão importante para a reindustrialização da UE é a questão da competitivida-

Ana Santos Pinto esteve no Summer CEmp, a escola de verão da Representação da Comissão Europeia em Portugal, que decorreu no final de agosto em Miranda do Douro.

REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA EM PORTUGAL

de. Esta área faz parte de uma área em que a UE tem uma lacuna significativa. O distanciamento da produção e da inovação europeia em relação aos EUA é gigante e, portanto, a própria UE tem de olhar para isso como uma lacuna porque é um ator económico e comercial global. O terceiro é essa componente que dizia em relação ao fornecimento próprio. O que é que aconteceu com a guerra da Ucrânia? Ficou profundamente evidente que as capacidades próprias dos Estados europeus e a forma como tinham de substituir essas capacidades depois de as transferirem é muitíssimo limitada. E como conseguimos ultrapassar isto é melhorando a nossa capacidade de produção. Porque se comprarmos fora, na maioria das circunstâncias, pode-nos sair muito mais caro do que produzir em escala cá dentro. E isto na UE é importante. Os EUA são um Estado federal, independentemente do sítio onde haja a produção, não há diferenças, não há a noção de que o Minnesota vai ter problemas em vender ao Arizona. No caso da UE, temos 27 indústrias de defesa separadas, com muitos equipamentos e muitas tecnologias que não só não falam entre si como competem entre si. Ora, isto é o contrário da economia de escala, o contrário do que se pensa para a economia europeia e para a indústria europeia. E se se der esse avanço na área da Defesa, como se tem feito noutras áreas da Economia, é não só bom para aquilo que são as capacidades que os Estados possam necessitar – mais uma vez nós caminhamos para desenvolvimentos tecnológicos que implicam que seja caríssimo cada tipo de armamento e de recurso necessário –, como é bom para o mercado de trabalho e para a relação entre o conhecimento e a indústria e a economia. E, de facto, nós temos um trabalho gigantesco, no caso europeu, para fazer por aí, porque a nossa lacuna tecnológica é imensa.

"O balanço [de Jens Stoltenberg] é claramente positivo. Naturalmente não agrada a toda a gente, porque nunca é possível. Tem algumas vulnerabilidades durante o percurso, mas deixa ao novo secretário-geral, ao Mark Rutte, um cenário em que a Aliança está muito consolidada."

Falou da criação de emprego e de como fica o dinheiro, no caso de muita da ajuda americana à Ucrânia, na realidade parte do dinheiro fica lá dentro.

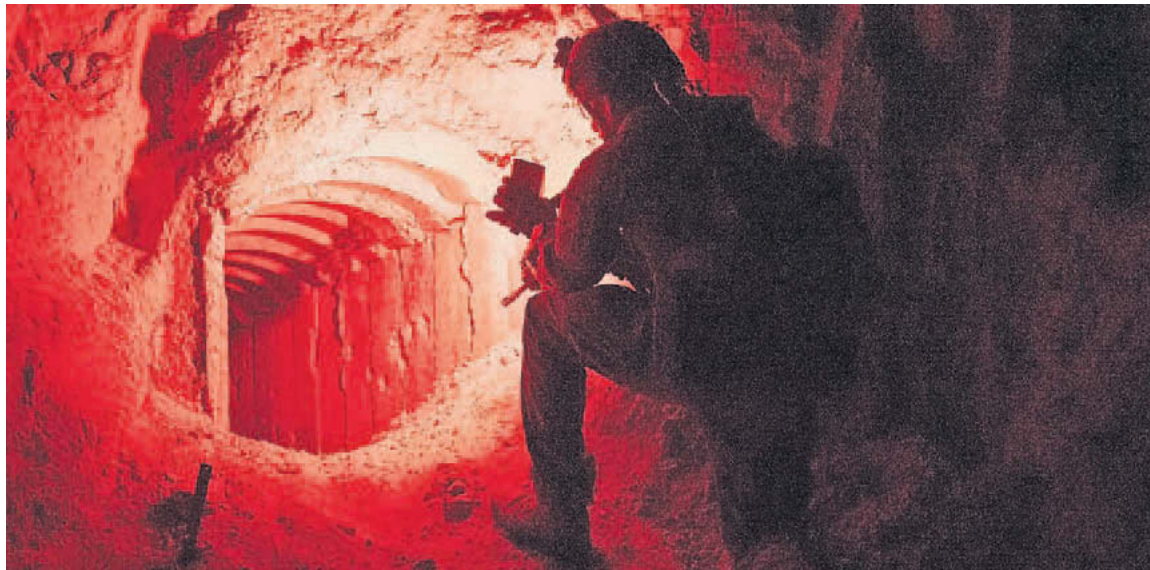
Ao transferir a ajuda, e isto é interessante explicar, no caso dos EUA, ao transferir armamento para outras geografias, neste caso à Ucrânia, vão criar uma dependência futura. Porque eu vou querer que os equipamentos que eu adquira futuramente ou que me sejam transferidos futuramente sejam iguais, "falem", digamos assim, que seja possível funcionarem uns com os outros. Que foi exatamente o que os EUA fizeram depois da II Guerra Mundial em relação à Europa. E a NATO funciona, em grande medida, com base neste equipamento e na indústria e na tecnologia norte-americana ou em parceria entre a norte-americana e a europeia, seja o Reino Unido, seja a Itália, etc. E isto é uma lógica de médio e longo prazo, porque eu vou precisar de manutenção, porque eu agora, para além dos F-16, vou precisar dos F-35, que são norte-americanos, e assim sucessivamente. E isto é um benefício para a Economia, neste caso dos EUA. Não há razão para que não seja também para a Economia europeia.

O secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, está a terminar o mandato e será substituído por Mark Rutte. Que balanço faz dos mandatos de Stoltenberg e o que espera com Rutte?

Stoltenberg, que teve um mandato bastante longo, conheceu vários desafios, desde o compromete dos 2% do PIB e do financiamento das estruturas da NATO, até agora à guerra na Ucrânia e à forma como tem gerido politicamente as parcerias. O mandato é naturalmente positivo. A Aliança Atlântica não era tão relevante e tão importante há várias décadas, como é hoje e com o significado que tem hoje, e tem conseguido gerir esta questão do alargamento, a tensão entre a Turquia e a União Europeia, a tensão durante a administração Trump e durante as administrações democratas norte-americanas. Portanto o balanço é claramente positivo. Naturalmente não agrada a toda a gente, porque nunca é possível. Tem algumas vulnerabilidades durante o percurso, mas deixa ao novo secretário-geral, a Mark Rutte, um cenário em que a Aliança está muito consolidada. Ninguém coloca em causa a necessidade de existência da Aliança Atlântica, as missões estão muito mais circunscritas do ponto de vista geográfico e a relação entre os EUA e os Estados europeus está bastante bem. Há problemas para resolver que são anteriores a Stoltenberg e provavelmente não ficarão resolvidos com Rutte. As questões da Turquia e a da Hungria são muito importantes. A Turquia em relação à UE e à sua política externa bastante mais fluida e a questão da Hungria em relação à Federação Russa e à Ucrânia, que certamente será diferente se a administração norte-americana for republicana com Donald Trump ou democrata com Kamala Harris. Acho que a última declaração e portanto a passagem de testemunho de um para o outro é provavelmente de uma aliança mais robusta e estruturada do que antes.

Não é fã da ideia dos 2% do PIB para Defesa. Porquê?

Não sou fã da ideia dos 2% para Defesa porque acho que é uma métrica muito fechada, é uma métrica cega. Eu não estou certa de que Portugal precise de 2%, provavelmente pode precisar de 3 ou 4 ou 6%. Depende, em primeiro lugar, do próprio PIB e, em segundo lugar, daquilo que Portugal queira fazer. Portanto esta noção dos 2% ser igual em Portugal ou ser igual na Grécia, que tem um contexto geopolítico diferente, ou ser igual na Alemanha, é de facto uma métrica cega e aquilo que está acordado no âmbito da Aliança Atlântica é que passará a ser, digamos assim, mínimo. E eu não sei se é o suficiente ou se é demais, depende do PIB de cada Estado e depende daquilo que cada Estado precisa, porque há Forças Armadas com capacidades muito diferentes dentro dos 32 Estados da NATO. Se eu olhar, por exemplo, para a Suécia, que foi dos últimos a entrar e que tem uma indústria militar muito significativa e tem um PIB diferente... Eu não posso comparar isso com o caso de Portugal, pelo nosso PIB, pela nossa indústria, pelas nossas necessidades. Portanto, eu percebo o compromisso político, porque os discursos são importantes, mas é uma métrica cega. O que é necessário perceber é que precisamos agir em função daquilo que precisamos e não de um compromisso limitado por uma frase política que pode ser menos, ou no caso de Portugal não será, mas pode ser mais do que aquilo de que é preciso.

susana.f.salvador@dn.pt

FORÇAS ARMADAS DE ISRAEL / AFP

Operação de desmantelamento de um túnel do Hamas, em Rafah, por parte exército israelita.

Brigada do Hamas em Rafah dizimada, diz Israel

GAZA Identificados mais de 200 túneis ao longo da fronteira com o Egito. Telavive defende-se das críticas ao ataque a escola da ONU.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

As forças armadas israelitas proclamaram vitória sobre o Hamas em Rafah, a cidade mais a sul da Faixa de Gaza. Segundo informações prestadas pelos militares, a brigada do Hamas em Rafah foi dizimada, tendo sido contabilizados pelo menos 2308 mortos nas operações israelitas. Além disso, foram destruídos 13 quilómetros de túneis.

"Os seus quatro batalhões foram destruídos e concluímos o controlo operacional de toda a área urbana", disse o general Itzik Cohen. Segundo as forças israelitas, citadas pelo *Times of Israel*, os engenheiros militares estão a concluir inspeções a dezenas de túneis do Hamas que ainda não foram demolidos, entre os mais de 200 que existiam ao longo da fronteira com o Egito (no chamado corredor Philadelphi), uma operação que ainda demorará semanas.

Este anúncio de vitória dá-se enquanto prosseguiram as condenações internacionais ao bombardeamento da véspera ter matado 18 pessoas numa escola transformada em abrigo pelos palestinianos deslocados, e situada em Nuseirat, no centro da Faixa de Gaza. A versão de Israel é que na escola foi atingido um centro de controlo do Hamas, tendo fornecido uma lista com os nomes de nove membros do Hamas alegadamente mortos no ataque, incluindo três funcionários da agência da ONU para os refugiados palestinianos, UNRWA. Ainda segundo as forças israelitas, o Hamas utilizava a escola para planear e executar ataques contra o seu exército e que tomaram "muitas medidas" para reduzir os danos aos civis no ataque, incluindo o uso de munições de precisão, vigilância aérea e outras informações. O porta-voz do governo israelita, David Mencer, disse por sua vez que a escola era "um alvo legítimo" porque foi utilizada pelo Hamas para lançar ataques.

> Exército israelita diz que foram destruídos os quatro batalhões do Hamas em Rafah, a cidade mais a sul da Faixa de Gaza.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, classificou o ataque à escola Al-Jawni, gerida pela ONU, de "totalmente inaceitável", segundo o seu porta-voz, Stéphane Dujarric, que realçou ainda o facto de estarem mulheres e crianças entre as vítimas mortais. A UNRWA disse que morreram seis funcionários, incluindo o diretor do abrigo no que foi o quinto bombardeamento ao complexo. Pelo menos 220 funcionários da agência foram mortos desde 7 de outubro.

Apesar de concordar com Telavive de que o Hamas utiliza os locais onde se abrigam civis como escudo, o secretário de Estado norte-americano Antony Blinken disse que "os locais humanitários devem ser protegidos". Já o chefe da diplomacia europeia Josep Borrell mostrou-se "indignado" com as mortes, e comentou que os ataques israelitas a um abrigo demonstram um "desrespeito pelos princípios básicos" do direito humanitário internacional.

cesar.avo@dn.pt

Peru de luto pela morte de Alberto Fujimori

O Peru decretou ontem três dias de luto nacional pela morte de Alberto Fujimori, que governou o país entre 1990 e 2000 e passou os últimos anos na prisão. De acordo com um decreto oficial, Fujimori receberá um funeral de Estado, ou seja, as "honras fúnebres próprias de um presidente em exercício".

Fujimori morreu quarta-feira aos 86 anos e Keiko, a filha mais velha, anunciou a realização de um velório a partir desta quinta-feira no Museu Nacional de Lima, acrescentando que o funeral do seu pai terá lugar amanhã. "El Chino", que dividiu profundamente o país, foi hospitalizado várias vezes nos últimos anos. Em maio, foi-lhe diagnosticado um tumor maligno na língua, onde tinha uma lesão cancerosa há mais de 27 anos. Em 2018, Fujimori tornou público o seu diagnóstico de um tumor pulmonar.

O antigo líder, nascido no Japão, foi libertado em dezembro por ordem do Constitucional "por razões humanitárias", e apesar da oposição do Tribunal Interamericano de Justiça, após ter passado 16 anos numa prisão em Lima. Estava a cumprir uma pena de 25 anos por crimes contra a humanidade, incluindo dois massacres de civis cometidos por um esquadrão do exército durante a luta contra os guerrilheiros do Sendero Luminoso no início da década de 1990. "Ele tinha de pagar pelo que fez, mas agora que está morto, o que é que podemos fazer? Ele não cumpriu a sua pena", disse Juana Carrion, presidente da Associação de Familiares de Sequestrados, Detidos e Desaparecidos do Peru.

DN/LUSA

BREVES

Le Pen lidera sondagem para as presidenciais

A líder da extrema direita francesa, Marine Le Pen, lidera as intenções de voto para a primeira volta das eleições presidenciais de 2027 em França, nas quais Emmanuel Macron não poderá concorrer, segundo uma sondagem publicada esta quinta-feira. O Ifop realizou a sondagem no início de setembro, em plena crise política em França, após a antecipação inesperada das eleições legislativas de junho. Le Pen obteria entre 34% e 35% dos votos na primeira volta, seguida pelo candidato da aliança de centro-direita de Macron, seja o ex-primeiro-ministro Edouard Philippe (26%-27%) ou o ex-chefe de governo Gabriel Attal (22%-24%). O veterano líder da esquerda radical Jean-Luc Mélenchon teria entre 9% e 10%.

Japão com recorde de nove candidatos a PM

A disputa pelo cargo de primeiro-ministro do Japão começou ontem com um recorde de nove candidatos para liderar o Partido Liberal Democrata (LDP), que governa o país. No sistema político japonês, o líder do partido governante também assume o comando do governo, atualmente nas mãos do impopular Fumio Kishida, que assumiu em agosto que não disputaria a reeleição pela liderança do PLD. Entre os candidatos estão o ex-ministro da Defesa Shigeru Ishiba, o antigo ministro do Ambiente Shinjiro Koizumi, a atual ministra da Segurança Económica, Sanae Takaichi, e a líder da diplomacia nipónica, Yoko Kamikawa.

Opinião
Victor Ângelo

Sobre a UE: pessimismo ou realismo?

A União Europeia foi confrontada, durante a semana, com dois acontecimentos que não pode ignorar: o relatório de Mario Draghi e o debate entre os dois principais candidatos às presidenciais norte-americanas. Ambos terão, quer se queira quer não, um impacto significativo sobre o mandato da nova liderança europeia e o futuro desta nossa parte do mundo.

Draghi esteve à frente do Banco Central Europeu (2011-2019), e aí ganhou um prestígio enorme, sobretudo durante a chamada crise do euro. E foi primeiro-ministro de Itália (2021-2022), também numa altura de grande instabilidade no seu país. Apresentou agora, a pedido de Ursula von der Leyen, um relatório sobre o futuro da Economia e da UE, sobretudo face à competição da China e dos EUA.

O documento é um calhamaço de cerca de 400 páginas. Pode ser resumido, sem exagero, numa só palavra: pessimismo. Draghi sublinha que a UE perde terreno em relação aos EUA, em termos de competitividade económica e de inovação tecnológica, desde 2000. A título de exemplo, refere que o rendimento real *per capita* do americano médio passou a ser nos últimos vinte anos o dobro do equivalente na Europa. Em relação à China, o distanciamento económico desfavorável à Europa está em aceleração desde o início da década passada, em setores fundamentais e no comércio internacional.

Draghi diz-nos que é urgente mais cooperação, maior integração, mais projetos comuns e mais investimentos plurinacionais. Tudo isto sobretudo nas áreas tecnológicas, digitais, da energia – o consumidor europeu paga os recursos energéticos a preços absurdos, se comparados com os EUA – e na defesa. Acrescenta que a Comissão Europeia deve ter autoridade para emitir dívida pública comum, que financie projetos de interesse estratégico para a soberania económica e a defesa dos países membros.

De um modo geral, as recomendações fazem sentido. Mas, infelizmente, poderão não passar do papel. Vários países europeus vivem crises políticas internas complicadas, que provocam enormes fragilidades governativas. Pensemos na França, na Alemanha, nos Países Baixos, na Bélgica, em Espanha ou em Portugal, para mencionar apenas alguns casos de governação instável. Acrescentemos à lista a Áustria, a Itália, a Suécia, as tensões entre a Alemanha e a Polónia, a Eslovénia, e temos os principais traços do quadro populista que está a levar as coligações políticas para o nacionalismo extremo, contrário ao projeto comum. Num contexto assim, o relatório de Draghi parece ter como destino as prateleiras de Bruxelas e as bibliotecas especializadas. Esta é a pior altura para insistir nos interesses comuns.

Apesar de tudo, penso que há necessidade de falar disto e de outras dimensões, que Draghi achou prudente não referir. Estou de acordo quando diz que é preciso agir mal a nova Comissão Europeia entre em funções. Mas acrescentaria que é igualmente necessário ousadia e pôr os pontos nos is. Entre outros aspetos, é fundamental reforçar a capacidade do Conselho Europeu, em matéria de orientação política e de tomada de decisões segundo o princípio da maioria qualificada. Também me parece essencial transferir mais autoridade executiva para a Comissão. Na área económica, Von der Leyen e a sua nova equipa devem priorizar questões bem concretas, tais como a simplificação e a harmonização em matéria laboral, fiscal, financeira e bancária. E na competição com os EUA e a China é preciso investir mais na inovação económica e tecnológica e menos nas questões regulatórias, nos travões, na burocracia e nas regras de valor marginal, que só dificultam a iniciativa pública e privada. E assim mudar de paradigma económico, numa Europa que tem juristas a mais e empreendedores, economistas, engenheiros, sociólogos e técnicos a menos. E a nossa noção de humanismo não pode continuar assente na criação de regalias suplementares, insustentáveis face à concorrência americana e chinesa.

Já nos EUA, o debate presidencial, que constituiu uma vitória indiscutível para Kamala Harris, pode ser resumido da seguinte forma, no que nos diz respeito: deixou claro que se Donald Trump ganhasse a eleição, ganhariam no nosso continente Vladimir Putin e Viktor Orbán, para além dos extremistas que se opõem à construção europeia. E veríamos a imposição de novas barreiras do lado americano, que tornariam mais difíceis as exportações europeias para os EUA. Draghi ficaria certamente ainda mais pessimista quanto ao futuro económico da Europa. Resta-nos fazer bem a nossa parte, e esperar que os cidadãos dos EUA, em novembro, façam a sua.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

Opinião
Raúl M. Braga Pires

De Bakhmut a Tinzaouaten – O Requiem Wagner no Mali!

O acontecimento é de Julho, de 25 a 27, mas foi esta semana que se tornaram públicos alguns detalhes importantes, sobre a desgraça russa na Batalha de Tinzaouaten, na fronteira norte Mali-Argélia.

Primeiro, actualizar informação importante: Os Wagner já não são Wagner, passaram de oficiosos a oficiais através da integração dos mesmos no que agora se designa por Africa Corps, sob coordenação e autoridade do Ministério da Defesa da Federação Russa. A manutenção da sigla Wagner nas fardas prende-se com o facto de metade deste Corpo Africano transitar dos Wagner de Prigozin.

Segundo, a 25 de Julho, com a bênção do "nevoeiro de uma tempestade de areia", os tuaregues que em Novembro tinham abandonado Kidal, para evitar confronto e respectiva destruição da cidade, perante o avanço das FAMA, as Forças Armadas do Mali, apoiadas pelos Wagner, emboscaram um "comboio de carros" que transportava precisamente pessoal FAMA/Wagner para Tinzaouaten.

Terceiro, não há números de mortos oficiais, há "dúzias de mortos malianos e russos", segundo fontes abertas e nada de oficial.

Quarto, sabe-se também de que se tratava de veteranos de guerra russos. Máquinas de guerra, que sobreviveram a Bakhmut/Ucrânia, Síria e Líbia. Os relatos dos camaradas e das viúvas dizem que eram as figuras inspiradoras para o novo grupo oficial em formação, o Africa Corps, bem como para o recrutamento externo. "Resmas de veteranos" todos juntos e em trânsito no Sahara profundo, demonstra a confiança com que se instalaram e circulavam, demonstrativo também do desconhecimento sobre os "homens azuis" e suas manhas, inuendos e "sub-pensamentos" que equivalem sempre a "sub-intenções" e a "sub-objectivos"! Então não vos cheirou a esturro quando chegaram a Kidal e nem um gato encontraram? Os tipos falam com os olhos, pá!

Quinto e mais importante! A Batalha de Tinzaouaten foi travada entre o Enquadramento Estratégico para a Defesa do Povo de Azawad e as FAMA/Wagner. Mas, mas, a ramificação local da Al-Qaeda, o JNIM, já veio afirmar que também participou nesta tempestade de areia contra os infiéis FAMA/Wagner. O Enquadramento Estratégico já veio desenquadrar o JNIM, afirmando que não há associação ou houve participação do grupo jihadista no 25/27 de Julho. Porque é que isto é importante?

Sexto, porque o "caldo Gaza-Israel" é ideal para associar a causa de Deus à causa palestiniana e surgir um esperado *upgrade* do Estado Islâmico e levantar-se de novo a bandeira do Islão, mobilizando a Ummah, num derradeiro confronto civilizacional.

Ainda não aconteceu, mas a deterioração da situação no Sahel Ocidental (Mali, Níger e Burquina) coloca esta hinterlândia com potencial para se tornar num Sahelistão que territorialize uma nova fase da senda recta para o Califado. Estão lá todos, menos os franceses!

Politólogo/arabista www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Zhao Bentang

Novo capítulo para a Cooperação e Solidariedade China-África

De 4 a 6 de setembro de 2024, a Cimeira do Fórum da Cooperação China-África realizou-se grandiosamente em Pequim. Os líderes da China e mais de 50 membros africanos do fórum, bem como os representantes de organizações regionais africanas e internacionais, reuniram-se novamente para discutir a cooperação e o futuro sobre o tema "Dar as Mãos para Promover a Modernização e Formar uma Comunidade China-África de Alto Nível com Futuro Compartilhado." Foi mais uma grande reunião da família de amizade China-África, e também o maior evento diplomático organizado pela China nos últimos anos, com o maior número de líderes estrangeiros presentes. Nos próximos três anos, a China trabalhará com a África para tomar as dez ações de parceria para promover a modernização e implementar o plano de ação 2025-2027, de forma a aprofundar a cooperação China-África e alavancar a modernização do Sul Global.

A comunidade internacional está a acompanhar de perto a cimeira, acreditando amplamente que a China e os países africanos, de mãos dadas, embarcarão em uma nova jornada rumo à modernização, reunindo uma força ainda maior para promover a modernização global e o desenvolvimento comum da humanidade. Nos últimos dias, muitos amigos portugueses me perguntaram sobre o evento, e gostaria de vos apresentar a cooperação China-África. O Fórum de Cooperação China-África foi estabelecido em 2000 com o objetivo de promover consultas igualitárias, aumentar o entendimento, ampliar o consenso, fortalecer a amizade e promover a cooperação. Desde então, tornou-se uma importante plataforma de diálogo coletivo e um mecanismo eficaz para a cooperação prática entre a China e os países africanos.

— Com sinceridade e amizade, respeito mútuo, a China e África têm aprofundado a fraternidade. O presidente Xi Jinping tem atribuído grande atenção ao desenvolvimento da cooperação China-África, pisou na África na sua primeira viagem ao exterior e apresentou o conceito chinês de desenvolver as relações com a África com base na sinceridade, efetividade, amizade e boa-fé, bem como ao princípio de procurar um bem maior e interesses partilhados, pressionando o "botão acelerador" para o desenvolvimento das relações China-África. O presidente Xi destacou que, independentemente das mudanças no cenário internacional, a fraternidade entre a China e a África, baseada na confiança e no apoio mútuos, permanecerá inalterada. Os dois lados têm-se apoiado firmemente o caminho de desenvolvimento correspondente às próprias realidades nacionais, e também apoiam mutuamente nos assuntos internacionais, de forma a defender os interesses dos países em desenvolvimento e injetar estabilidade e energia positiva para a paz e o desenvolvimento mundial.

— Com o espírito de união e busca ao desenvolvimento, a China e a África compõem-se uma sinfonia de cooperação de ganhos compartilhados. Primeiro, a infraestrutura é colocada na prioridade da cooperação China-África. Ao longo dos anos, quase 100.000 quilómetros de estradas, 10.000 quilómetros de caminhos ferroviários, 1.000 pontes e 100 portos foram construídos ou atualizados na África. Segundo, a Economia e Comércio lideram a cooperação China-África. Em 2023, o volume comercial entre a China e a África atingiu o pico histórico de US$ 282,1 mil milhões. Mais de 1,1 milhões empregos foram criados nos últimos 3 anos. Terceiro, a Ciência e Tecnologia dão impulso à cooperação China-África. A China e a África realizam pesquisas conjuntas nas áreas como energia renovável e agricultura sustentável e aprofundam a cooperação na aeroespacial, satélite, baterias e a energia fotovoltaica. Último, a melhoria da vida dos povos é o foco da cooperação China-África. Uma série de projetos "pequenos mas bonitos" foi implementada, como Luban Workshops, "televisões em dez mil aldeias africanas", "Cinturão de luz na África", etc. A tecnologia inovadora "Juncao" da China tem-se instalado em milhares de famílias na África e tornou-se numa "erva da riqueza" que beneficia o local.

— Com defesa na justiça, a China e a África dedicam à procura do divisor comum da governação global. Apesar das vicissitudes internacionais, a aspiração inicial da China e a África para salvaguardar a igualdade e justiça permanece inalterada. A China defende uma multipolarização equitativa e ordenada e uma globalização económica universalmente benéfica e inclusiva. Esta proposta foi saudada pela África. Os dois lados implementam conjuntamente a Iniciativa para o Desenvolvimento Global, a Iniciativa para a Civilização Global e a Iniciativa para a Segurança Global, defendendo firmemente os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, entre outras normas básicas nas relações internacionais. Apelam à reforma da estrutura financeira internacional, à defesa de um mecanismo comercial multilateral aberto e inclusivo, e opõem-se ao unilateralismo, ao hegemonismo e ao protecionismo, expressando a aspiração comum do Sul Global.

— Com a visão global e juntos no mesmo caminho, a China e a África desenham conjuntamente um círculo concêntrico de futuro compartilhado. A China apoia firmemente os países e povos africanos na exploração de caminhos de desenvolvimento. Como enfatizou o Presidente Xi Jinping, "os caminhos para a modernização são diversificados. O povo africano é quem tem mais direito de voz sobre o caminho mais adequado para a África." No âmbito do Fórum de Cooperação China-África, a China lançou uma iniciativa de apoio à industrialização da África e implementou um plano para apoiar a modernização agrícola da África e um plano para a cooperação China-África no desenvolvimento de talentos, partilhando experiências em governança e redução da pobreza, a fim de ajudar a África a transformar as suas vantagens demográficas em recursos humanos e impulsionar as relações China-África para uma nova fase de construção conjunta de uma comunidade China-África de alto nível com futuro compartilhado.

Portugal tem laços geográficos, históricos e culturais naturais com os países africanos. O Senhor Presidente Marcelo Rebelo de Sousa vincou uma vez ser necessária "uma vontade política mais forte a nível europeu" para promover a cooperação com a África. O Governo português atribui grande importância à cooperação com a África e presta forte apoio à África em áreas como Infraestruturas e Energias, Educação e Saúde, e Segurança Alimentar. Ao mesmo tempo, Portugal enfatiza a igualdade, o respeito e a globalização nas suas relações diplomáticas, o que tem sinergia com o conceito de construção de uma comunidade com futuro compartilhado para a humanidade iniciado pela China. A realização da Cimeira do Fórum da Cooperação China-África também cria novas oportunidades para cooperação entre a China e os países da língua portuguesa. A China está disposta a aproveitar bem esta cimeira para trabalhar com Portugal a promover conjuntamente a amizade e o intercâmbio com a África, expandindo a cooperação trilateral e mesmo multilateral entre a China, Portugal e a África com base no respeito pelos desejos da parte africana, apoiando a África na modernização com o seu próprio caminho e contribuindo para a prosperidade e estabilidade do mundo.

Embaixador da China

A China está disposta a aproveitar bem esta cimeira para trabalhar com Portugal a promover conjuntamente a amizade e o intercâmbio com a África, expandindo a cooperação trilateral e mesmo multilateral entre a China, Portugal e a África com base no respeito pelos desejos da parte africana."

Como cresceu a preparação Olímpica e Paralímpica? Los Angeles2028 terá 37M€

CONTRATOS Os comités terão mais dinheiro para melhorar condições de treino para os atletas. Governo promete aumentar verbas em 20%.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

EVOLUÇÃO

PEQUIM2008		
OLÍMPICOS	14 M €	2 Medalhas
PARALÍMPICOS	393.625 €	7 Medalhas
LONDRES2012		
OLÍMPICOS	14,6 M €	1 Medalha
PARALÍMPICOS	1,9 M €	3 Medalhas
RIO2016		
OLÍMPICOS	15,7 M €	1 Medalha
PARALÍMPICOS	4,4 M €	4 Medalhas
TÓQUIO2020		
OLÍMPICOS	18,5 M €	4 Medalhas
PARALÍMPICOS	6,9 M €	2 Medalhas
PARIS2024		
OLÍMPICOS	22 M €	4 Medalhas
PARALÍMPICOS	9,2 M €	7 Medalhas

JOSÉ CARMO

Ivo Oliveira (ouro em Paris2024) e Fernando Pimenta (prata em Londres2012 e bronze em Tóquio2020) erguem em ombros Iúri Leitão, duplo medalhado (ouro e prata) em Paris2024.

Se o Governo cumprir a promessa de aumentar o valor do contrato promessa para Los Angeles2028 em 20%, o Comité Olímpico de Portugal (COP) terá direito a 26,4 milhões de euros e o Comité Paralímpico de Portugal (CPP) receberá 10,8 ME para preparar os próximos Jogos.

Para Paris2024, o COP assinou com contrato programa de 22 milhões de euros, enquanto o CPP foi de 9,2 ME, num total de 31,2 milhões. Feitas as contas o prometido aumento para o quadriénio 2024-2028 chegará aos 37,2 milhões, mais 22,8 milhões que em 2008. O que em termos comparativos se traduzirá num aumento na ordem dos 160% em duas décadas.

Olhando para as últimas cinco preparações o valor atribuído pelo Estado tem aumentado exponencialmente. Se os jogos de Pequim2008 foram preparados com apoios governamentais contratualizados em 14 milhões de euros, Londres2012 custou ao Estado 14,6 ME, RIO2016 15,7 ME e Tóquio2020 18,5 ME (*ver tabela*). Já Paris2024 foi preparado com recurso a 22 milhões, naquele que foi no maior investimento de sempre no desporto de alta competição e com essa particularidade de o ciclo olímpico ter sido de três e não de quatro anos.

O investimento foi acompanhado do maior sucesso desportivo. A missão portuguesa foi mais curta (73 atletas contra os 92 de Tóquio) mas trouxe na mesma quatro medalhas, embora mais valiosas. Portugal arrecadou uma medalha de ouro (Iúri Leitão e Rui Oliveira no madison, ciclismo de pista), duas de prata (Iúri Leitão, no Omnium do ciclismo de pista e Pedro Pichardo no triplo salto) e uma de bronze (Patrícia Sampaio, no judo, na categoria -78kg).

A manifestação de intenções foi dada pelo primeiro-ministro quando esteve em Paris e assistiu à conquista do ouro dos ciclistas Iúri Leitão e Ivo Oliveira, e já depois do desabafo de Pedro Pichardo, que após conquistar uma medalha de prata pediu mais apoios para os atletas. Filipa Martins, que entretanto acabou a carreira e os campeões Olímpicos Rui Oliveira ou Iúri Leitão também pediram mais apoios para as modalidades.

E, já na quarta-feira passada, durante a receção ao atletas que estiveram presentes em Paris2024, Luís Montenegro quantificou o valor do aumento, que só ficará fechado após a aprovação do Orçamento do Estado, que será entregue, em outubro, na Assembleia da República. "A minha expectativa é que nós possamos fazer crescer acima de 20% o valor que esteve alocado ao projeto olímpico que terminou agora em Paris com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, do ponto de vista da preparação, do ponto de vista da criação de condições para, usando uma linguagem também desportiva, mas positiva, atacarmos o próximo objetivo olímpico e paralímpico."

O crescimento do valor dos apoios foi mesmo grande ao nível dos apoios aos Paralímpicos, que beneficiaram com a criação do Comité Paralímpico de Portugal em setembro de 2008. Em Pequim2008, a preparação da Missão paralímpica ainda era da responsabilidade da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, que dispôs de menos de 400 mil euros e arrecadou sete medalhas.

Para os jogos seguintes, Londres2012, foi assinado o primeiro contrato-programa paralímpico, no valor de 1, 9 milhões. Desde então o valor atribuído tem subido sempre e deforma gradual... com exceção de Paris2024, agraciado com uma verba de 9, 2 milhões. Uma verba que deixou satisfeito o presidente do CPP, José Manuel Lourenço, mais preocupado com a falta de atletas. Apesar da mais pequena missão de sempre (27 atletas) em Paris2024, os portugueses conseguiram igualar as sete medalhas de Pequim2008.

A próxima edição dos Jogos Olímpicos será em Los Angeles (14 a 30 de julho), cidade que em 2028 também receberá os Jogos Paralímpicos de verão (15 a 27 de agosto).

isaura.almeida@dn.pt

Sporting aumenta e "blinda" Quenda

Sporting e Quenda assinaram um novo contrato. A duração do vínculo mantém-se válido até julho de 2027, mas com um substancial aumento salarial. A cláusula de rescisão também cresceu e passou de 45 para os 100 M€, o mesmo valor que consta no contrato de Gyökeres (*ver peça a baixo*). "Trabalhei sempre para este momento, mas nunca pensei que ia ser assim tão rápido. O Sporting é o clube do meu coração. É sempre um orgulho renovar o contrato", afirmou o jovem de 17 anos à Sporting TV.

SPORTING

Varandas defende 100M€ de Gyökeres e abre porta a parceiro na SAD

SPORTING Presidente leonino diz que já viu jogadores inferiores serem vendidos por mais e garante que o avançado sueco está feliz em Alvalade, opinião partilhada pelo treinador. Leões jogam esta noite em Arouca e Amorim admite que cansaço das seleções pode motivar mudanças.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

Frederico Varandas, presidente do Sporting, rejeitou ontem que a cláusula de rescisão de Viktor Gyökeres (100M), o maior ativo do plantel dos leões, seja demasiado elevada. E deu como exemplo o facto de, na sua opinião, jogadores com qualidade inferior ao avançado do sueco terem sido negociados por valores até mais altos *(ver tabela em baixo)*.

"Uma cláusula de rescisão ser batida ou não depende muito do momento do jogador. E também se há mais de um clube na disputa. A idade também é uma variável muito importante. Já vi jogadores inferiores, para mim, a serem transferidos por valores acima de 100 milhões. Também já vi grandes jogadores a serem abaixo. O que me interessa enquanto presidente do Sporting é que o Sporting está muito feliz de ter o Gyökeres, e ele demonstra estar muito feliz por estar no Sporting", disse, durante uma intervenção na cimeira Thinking Football.

Até hoje, 16 futebolistas foram negociados por mais de 100 milhões de euros, numa lista encabeçada pelo brasileiro Neymar (222ME, do Barcelona para o PSG em 2017), e onde constam também duas transações feitas pelo rival Benfica, de João Félix para o Atlético Madrid (127,2ME, em 2019) e de Enzo Fernández para o Chelsea (121ME, em 2022).

Varandas mostrou-se ainda orgulhoso pelo facto de o plantel leonino ser atualmente o mais valioso em Portugal. "Temos essa valorização muito por jogadores da casa e também muito por futebolistas que nós acreditamos no seu potencial e que fomos investindo" referiu, lembrando que o Sporting começou "com investimentos de jogadores de quase cinco milhões de euros", mas que na atualidade já chega aos 20 milhões. "Esta valorização deve-se muito à equipa que tem a capacidade de identificar os alvos e a quem os potencia e aumenta de valor como é o nosso treinador".

Na sua intervenção, o líder leonino elogiou ainda a recuperação financeira do Sporting, que há três anos dá lucro, e deixou em aberto a possibilidade da entrada de um parceiro estratégico na SAD: "Já temos delineado no nosso projeto que o Sporting está preparado para estar aberto a um parceiro estratégico que possa alavancar o nosso projeto desportivo, se os sócios assim o quiserem. Os moldes são sempre que o clube mantenha a maioria do capital da SAD, mas a palavra será dos sócios. Não existe nada, estamos apenas preparados. Percentagem? Defendemos que o clube mantenha a maioria".

VENDAS POR MAIS DE 100M

	Jogador	Valor
1.	Neymar	222
2.	Mbappé	180
3.	Philippe Coutinho	135
4.	Dembélé	135
5.	João Félix	127,2
6.	Enzo Férnandez	121
7.	Eden Hazard	120,8
8.	Griezmann	120
9.	Jack Grealish	117,50
10.	Cristiano Ronaldo	117
11.	Declan Rice	116,6
12.	Moisés Caicedo	116
13.	Lukaku	113
14.	Pogba	105
15.	Bellingham	103
16.	Gareth Bale	101

* valores em milhões de euros

Alterações em Arouca

O treinador Rúben Amorim, que ontem projetou o jogo desta noite com o Arouca (20.00, Sport TV1), também falou sobre Gyökeres e desmentiu que o jogador esteja insatisfeito com o alto valor da sua cláusula de rescisão. "Ele vale os 100 milhões. E, principalmente o Sporting, o seu presidente e o diretor desportivo acreditam que ele vale. Portanto, é esse o preço que ele tem, quem o quiser terá de pagar 100 milhões", atirou o treinador.

Sobre o jogo desta noite em Arouca, admitiu que devido aos vários compromissos das seleções nacionais, poderá ter de proceder a algumas alterações no onze. "Obviamente, o facto de os jogadores terem viagens, jogos, ainda estão no último dia de recuperação, hoje [ontem] não podem fazer nada, poderá haver alguma alteração, mas isso tenho de sentir no treino", desabafou, lembrando que "há jogadores que recuperam de forma mais rápida, outros de forma mais lenta".

nuno.fernandes@dn.pt

BREVES

Manteigas avança para a presidência do Benfica

João Diogo Manteigas vai apresentar hoje ao final da tarde a sua candidatura à presidência do Benfica. O advogado torna-se assim no primeiro candidato a confirmar que vai participar no ato eleitoral agendado para outubro de 2025. A candidatura tem como lema "Benfica vencerá". "Tenho projeto desportivo e financeiro e equipa. É a pensar em 2025, não quero criar instabilidade agora, quero que estes órgãos sociais cumpram o atual mandato", disse João Diogo Manteiga ao Record. O sócio do Benfica, jurista que desempenha a função de formador na Liga Portugal, tem sido uma voz discordante da atual gestão de Rui Costa quer através da participação em debates televisivos, que em artigos de opinião.

Lúcio eleito melhor jovem do futsal mundial

Lúcio Rocha foi ontem eleito o melhor jogador jovem de futsal do mundo em 2023, tornando-se o segundo português a ganhar o prémio atribuído pelo site especializado Futsal Planet, depois de Zicky Té. O ala do Benfica, de 20 anos, foi uma das figuras da inédita conquista por Portugal do Europeu de sub-19 em 2023, no qual foi o melhor marcador e o melhor jogador. Na última temporada, Lúcio Rocha venceu a Taça de Portugal e a Taça da Liga pelos encarnados. O portuense, que fez grande parte da formação no Caxinas, tem 13 internacionalizações por Portugal e é um dos convocados para o Mundial, que começa já este no sábado no Uzbequistão.

Carlos está em Portugal desde Abril.

LEONARDO NEGRÃO

50 ANOS DO 25 DE ABRIL “É um dia de grande importância também no Brasil”

REVOLUÇÃO O DN conversou com o cineasta argentino-brasileiro Carlos Pronzato, autor do documentário *Memórias do 25 de Abril*, que estreia hoje na Fábrica Braço de Prata, em Lisboa.

TEXTO **AMANDA LIMA**

Protestos, revoluções, ocupações, tomadas de posse de Governos: é atrás destes momentos políticos históricos, em especial na América Latina, que o cineasta Carlos Pronzato gosta de estar com a câmara na mão. O argentino-brasileiro de 65 anos decidiu ir mais longe em 2024. Atravessou o Atlântico e chegou a Lisboa no início de abril, com objetivo de filmar as celebrações dos 50 anos do 25 de Abril e conversar com personagens históricos da data.

“Eu trabalho esses episódios marcantes da história contemporânea, me interessa muito, e para entendê-los eu tenho de ir em um lugar e trabalhar isso, senão eu não posso estudar a distância”, explica o cineasta ao DN. Desta temporada em Portugal, entrevistou 25 pessoas, entre académicos, capitães de Abril, atores sociais da época e da atualidade, além de filmar o desfile do 25 de Abril na Avenida da Liberdade, onde estiveram mais de 200 mil pessoas, o maior desfile da data de que se tem notícia nos últimos 50 anos.

O resultado deste trabalho realizado durante os meses de abril a julho será apresentado hoje pela primeira vez, em sessão gratuita na Fábrica Braço de Prata, em Lisboa. Intitulado *Memórias do 25 de Abril*, o documentário tem duração de 90 minutos.

Segundo Pronzato, aparecem na produção como entrevistados figuras como os capitães Vasco Lourenço, da associação 25 de Abril, e Duran Clemente, ambas pessoas importantes para a data. O cineasta também teve o cuidado de procurar mulheres que fizeram parte da Revolução para estarem no documentário. Uma delas é a jornalista, escritora e tradutora Ana Barradas, uma das principais defensoras dos direitos das mulheres ainda na época do Estado Novo.

> Desta temporada em Portugal, Pronzato entrevistou cerca de 25 pessoas, entre académicos, capitães de Abril, atores sociais da época e da atualidade, além de filmar o desfile do 25 de Abril na Avenida da Liberdade, onde estiveram mais de 2000 pessoas.

Importância de Portugal

E porquê a escolha de fazer um documentário sobre a data? O cineasta diz ao DN que considera que os 50 anos da Revolução dos Cravos, além da própria revolução, são momentos marcantes da história internacional. “É fundamental, para quem trabalha esse tipo de temas, sobre revoluções populares, é emocionante”, explica.

O profissional considera a história curiosa pela maneira como aconteceu. “Quem assumiu foi uma Junta de Salvação Nacional, uma união, não uma só pessoa”, complementa. Pronzato faz uma referência importante ao capitão Salgueiro Maia, lamentando que já tenha falecido.

Pronzato também pontua que foi influenciado pela importância da data no seu círculo de amigos no Brasil, onde vive desde o final do anos 1990. “Muitos amigos e amigas brasileiros vieram para cá celebrar o dia, participar do desfile, é um dia de grande importância também no Brasil”, ressalta. O cineasta ainda comenta que ficou surpreendido com a quantidade de eventos relacionados com o 25 de Abril, tanto oficiais como não oficiais. Com *Memórias do 25 de Abril*, o brasileiro-argentino espera contribuir para o debate sobre a história, uma vez que em todas as sessões haverá um momento de reflexão entre os presentes. Veja as datas já programadas na caixa acima. Em outubro, o plano é levar o documentário para as universidades.

amanda.lima@dn.pt

DATAS

ANTE-ESTREIA HOJE
Esta sexta-feira, às 20.00, na Fábrica Braço de Prata em Lisboa;

14 de setembro: ECOfeira DU BEM Comum, Fábrica Braço de Prata, Lisboa – 18.00;

15 de setembro: Gira Ginjal, Almada – 19.00;

17 de setembro: Kreatori, Lisboa – 19.00;

18 de setembro: The Lisbon Walker, Lisboa – 19.30;

19 de setembro: Fundação José Saramago, Lisboa – 18.30;

22 de setembro: Casa do Comum, Lisboa – 21.30;

24 de setembro: Casa do Brasil, Lisboa – 20.00;

25 de setembro: Padaria do Povo, Lisboa – 18.30;

27 de setembro: Zona Franca, Lisboa – 20.30;

29 de setembro: Bota, Lisboa – 17.00;

30 de setembro: Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã, Porto – 19.00.

FILMES&SÉRIES AGENDA

O MUNDO DE ONTEM
Matej Chlupacek
Filmin
E eis que da República Checa, ou Chéquia, nos chega uma pérola (inédita nas salas) tão discreta quanto elegante. Usando o título de Stefan Zweig, este é um drama de época que não se encerra numa questão de género, de qualquer ordem: é a história de uma mulher, esposa do gerente de uma fábrica, que em 1937 investiga o caso do cadáver de um bebé hermafrodita encontrado no local. Uma reflexão dolorida sobre a modernidade. **INÊS N. LOURENÇO**

REBEL RIDGE
Jeremy Saulnier
Netflix
Faz lembrar *First Blood/A Fúria do Herói* (1982), o primeiro *Rambo*, depois estragado por disparatadas sequelas: um ex-Marine, ao tentar resolver a situação legal de um primo, confronta-se com o sistema corrupto da polícia de uma pequena cidade (fictícia). Jeremy Saulnier, também argumentista, sabe construir uma narrativa de crescente tensão, contando com o magnífico Aaron Pierre na figura central. **JOÃO LOPES**

THE ROYAL HOTEL
Kitty Green
TVCine Top
Eis um *thriller* que estranhamente não teve direito a passagem pelas salas, o regresso de Kitty Green, cineasta que espantou o mundo com *A Assistente*. Agora fala de masculinidade tóxica nesta história de duas turistas na Austrália profunda que se veem confrontadas com um grupo de homens particularmente "tóxicos". Tenso e, sobretudo, absorvente. E há uma Julia Garner com uma vulnerabilidade tocante. **R.P.T.**

Há qualquer coisa de sincero em mais esta descrição de um mal-estar afro-americano de Lee Daniels...

A Salvação
de Lee Daniels na Netflix

O que parece ser um drama doméstico acerca do matriarcado é, afinal, um filme de terror sobre *deliverance*, um método de exorcismo com âncora forte no poder da fé cristã. Trata-se de Lee Daniels em pleno domínio da provocação mais *campy* e pura. O cineasta de *Precious* quer realmente tirar o tapete ao espectador numa das demonstrações mais extremas de mistura de géneros.

Lemos no genérico inicial que se trata de uma história real. Um relato de um matriarcado duro e com ambições de ser espelho da América negra esquecida e enxotada pelas dívidas e a miséria. Uma mãe alcoólica tenta educar os três filhos e ajudar a sua mãe com um cancro. O *twist*, que vem logo a meio, é que vivem numa casa onde há um espírito demoníaco que começa a desequilibrar as coisas. O melodrama de realismo social que é proposto tem uma força que surpreende, sobretudo sustentado nas prestações de Glenn Close (estar *over the top* para ela pode ser uma arte) e Andra Day (*Estados Unidos vs Billie Holiday*). O pior é quando tudo guina para o supernatural.
RUI PEDRO TENDINHA

DOUGLAS ESTÁ CANCELADO
Steven Moffat
SkyShowtime
Não sendo Steven Moffat na sua escrita mais afinada – para isso temos *Sherlock* e *Doctor Who* –, esta pequena criação tem, ainda assim, um fator desconcertante e sentido de risco. Trata-se do súbito "cancelamento" de um pivô (Hugh Bonneville), na sequência de uma piada sexista que se tornou assunto viral nas redes sociais. Em apenas quatro episódios, aquilo que começa por ser uma desgraça quase cómica torna-se assunto muito sério... **I.N.L.**

O MENINO SELVAGEM
François Truffaut
Cinemateca
Uma criança é encontrada numa floresta, sobrevivendo em estado selvagem, como um animal de quatro patas, sem conhecimento da fala humana... A partir de factos verídicos, ocorridos em França no começo do século XIX, Truffaut realizou este belíssimo *L'Enfant Sauvage* (1970): a parábola sobre os limites da comunicação transfigura-se em subtil retrato da linguagem e da sua aventura muito humana (dia 14, 15h00). **J.L.**

BEETLEJUICE BEETLEJUICE
Tim Burton
Cinemas
Depois de atravessar uma fase de algum aprisionamento artístico, Tim Burton libertou as vísceras da sua imaginação no grande ecrã... como há muito não se via. *Beetlejuice Beetlejuice* é isso mesmo: não apenas a sequela do seu primeiro sucesso, mas uma plataforma de ressurreição criativa, em que a personagem titular de Michael Keaton é só uma excelente desculpa para a grande farra entre vivos e mortos, com sabor intenso a Anos 80. **I.N.L.**

FECHAR OS OLHOS
Víctor Erice
Filmin
Foi um dos grandes acontecimentos da edição de 2023 do Festival de Cannes, assinalando o regresso do espanhol Víctor Erice à realização. A partir do caso de um ator desaparecido durante a rodagem de um filme, Erice constrói um labirinto temporal que é, de uma só vez, a fábula de uma identidade perdida e uma celebração do poder vital do cinema – com uma bela homenagem ao *Rio Bravo* (1959), de Howard Hawks. **J.L.**

CERROMAIOR
Luís Filipe Rocha
Cinema Trindade
Domingo, 19h, o cinema portuense recebe uma sessão especial deste já clássico do cinema português, agora em versão impecavelmente restaurada. Será com a presença do realizador e insere-se no ciclo Luís Filipe Rocha – Os Primeiros Filmes. Um filme de silêncios e ódios velados num tempo perdido de um Alentejo opressivo. Envelheceu bem esta história de um filho de um proprietário que regressa à terra. **R.P.T.**

El Abrazo de Juan Genovés abre a 8.ª edição da Mostra Espanha

ARTE A obra vai estar no Museu de Arte Contemporânea do Centro Cultural de Belém até 24 de novembro.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

A ministra da Cultura de Portugal, Dalia Rodrigues, e o ministro da Cultura de Espanha, Ernest Urtasun, num abraço em frente à obra de Genovés.

LEONARDO NEGRÃO

Com *El Abrazo* (1976), o artista espanhol Juan Genovés pretende passar uma mensagem de esperança e triunfo da democracia. Hoje, esta obra, que pertence à coleção do Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, abre a 8.ª edição da Mostra Espanha. O trabalho de Juan Genovés vai estar patente até 24 de novembro no Museu de Arte Contemporânea MAC/CCB, em Lisboa. Na obra é possível ver várias figuras de costas a abraçarem-se.

A cerimónia de inauguração realizou-se no Centro Cultural de Espanha esta quinta-feira e contou com a presença do embaixador de Espanha em Portugal, Juan Fernández Trigo, do ministro da Cultura de Espanha, Ernest Urtasun, e da ministra da Cultura de Portugal, Dalia Rodrigues.

"A obra convidada obriga-nos a um abraço fraterno, ao abraço que corresponde ao espírito desta programação conjunta Portugal-Espanha", mencionou Dalia Rodrigues.

A Mostra Espanha é um evento bienal e uma iniciativa do Ministério de Cultura de Espanha em parceria com a Acción Cultural Española, o Instituto Cervantes e a Embaixada de Espanha em Lisboa. Este evento pretende divulgar a cultura espanhola em Portugal. Este ano, o tema é uma celebração dos 50 anos de democracia.

"Mostra Espanha é uma celebração do direito cultural, da conversa pública e da democracia. Tudo o que está no núcleo do valioso vínculo entre Espanha e Portugal. Um vínculo que transcende o tempo e sempre nos fez melhores aos dois países", disse Carlos Urroz, representante do Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, durante a cerimónia.

Já o ministro da Cultura de Espanha durante a cerimónia descreveu a Mostra Espanha como "uma celebração do direito cultural, da conversa pública e da democracia. Tudo o que está no núcleo do valioso vínculo entre Espanha e Portugal", acrescentando que este evento tem um significado especial, devido à "sua relação com os processos democráticos dos dois países."

A programação da Mostra Espanha conta com várias atividades como exposições, sessões de cinema, encontros de artistas e concertos, que decorrem entre setembro e novembro, em várias localidades portuguesas: Évora, Braga, Lisboa e Porto. O ministro da Cultura de Espanha destacou a exposição que irá ser inaugurada no dia 9 de outubro e ficará no Arquivo Nacional da Torre do Tombo até 24 de novembro. Nesta exposição vão estar 60 documentos sobre os 50 anos de Democracia em Espanha e Portugal.

Como o quadro de Juan Genovés, no dia 2 outubro, a obra *Retrato de Grupo* de Almada Negreiros vai estar patente no Museu Reina Sofia, em Madrid. Uma figura descrita pela ministra da Cultura de Portugal como "central do modernismo português."

mariana.goncalves@dn.pt

Camões celebrado em Nova Iorque com exposições e encontro de investigadores

Os 500 anos do nascimento de Luís de Camões vão ser celebrados em Nova Iorque, na Hispanic Society, em outubro, com uma exposição dedicada a edições raras, uma mostra didática e um simpósio sobre a dimensão global do poeta.

A iniciativa é promovida pela Fundação Gaudium Magnum e a Hispanic Society Museum and Library. O programa reúne investigadores portugueses e norte-americanos em torno da obra de Camões.

A exposição principal, "*Metamorphoses: the shape of books and the fortune of texts*" ("Metamorfoses: a forma dos livros e o desígnio dos textos", em tradução livre), reúne edições raras relacionadas com Luís de Camões, todas anteriores a 1700, desenvolvendo-se em torno da difusão d'*Os Lusíadas* em Espanha e nas Américas, e será inaugurada a 1 de outubro, na Sorolla Gallery da Hispanic Society, onde ficará patente até 10 de novembro. "O objetivo desta exposição é duplo. Em primeiro lugar, mostra a eloquência dos livros impressos, apresentando *Os Lusíadas* tanto na escala monumental da edição de Faria e Sousa [do século XVII] como no pequeno formato da tipografia de [Pedro] Craesbeck", ativo em Lisboa e Coimbra a partir do final do século XVI. "Em segundo lugar, permite perceber o legado do trabalho de Camões, destacando as traduções" dos anos de 1500 e de 1600, ao mesmo tempo que revela "formas da prática de censura durante estes períodos", lê-se no *site* da Hispanic Society.

DN/LUSA

Alberto Miranda é o consultor agronómico da marca.

Um dos programas que existe é Vindimar com um Vinhateiro.

A quinta tem hoje 90 hectares.

Perspectiva da adega.

Na Adega com o *Chef* propõe colaborar com o *chef*.

Um dia nas vinhas da Quinta do Sampayo

TURISMO No momento em que regressa à produção vinícola, a Quinta do Sampayo, no coração do Ribatejo, lança também um programa de enoturismo. Em foco estão a gastronomia, a paisagem e a tradição.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS** FOTOS **RITA CHANTRE**

Entristecido pelos amores sem esperança de Joaninha dos Rouxinóis, foi na Quinta do Sampayo que Almeida Garrett, prestes a concluir as suas *Viagens na Minha Terra*, reencontrou o ânimo: "Fiz um esforço sobre mim (…) piquei desesperado de esporas, e não parei senão no Cartaxo. Encontrei ali os meus companheiros; era tarde, fomos ficar fora da vila à hospedeira casa do Sr. L. S." Semi-incógnito nestas iniciais estava LuizI Teixeira de Sampayo, mais tarde nobilitado com o título de 1.º Visconde do Cartaxo, por decisão do Rei D. Pedro V. Não se sabe se a qualidade da bebida contribuiu para a recuperação do escritor, mas a verdade é que aqui já se produzia vinho desde 1718.

Esta memória literária é hoje evocada com gosto numa das salas de estar da Quinta do Sampayo, convertida nas últimas décadas à produção de vinho e agora também ao enoturismo. Ana Macedo, filha de José Júlio Macedo, que, em 1995, comprou a Quinta da Caneira (e algumas próximas, incluindo esta Quinta do Sampayo) em Vale da Pinta, conta-nos como o pai alimentou este sonho até por volta de 2013 quando se viu com uma adega cheia e uma incapacidade de escoar o vinho: "Foi muito difícil tomar a decisão de interromper a produção mas teve de ser. Hoje, já depois da sua morte, retomamos o sonho dele, que era fazer vinhos de excelência, em pouca quantidade mas muita qualidade." Este regresso implicou um trabalho árduo, explica o consultor agronómico da marca, Alberto Miranda: "Renovámos a equipa, e renovámos parcelas de vinha, procurando ter uma pegada ecológica muito baixa. Sempre que possível, não usamos produtos químicos, mas não é possível prescindir completamente deles."

Ao todo, a quinta tem hoje 90 hectares, com 55 hectares dedicados à vinha e 11 de olival, que, a médio prazo, será renovado para a produção de azeite. Mas, como também sublinha o enólogo Marco Crespo, "garantias não podemos dar porque quem manda nisto são as uvas. E as alterações climática já aí estão a deixar a sua marca."

Um dos programas de enoturismo que está já a decorrer é o Vindimar com um Vinhateiro. Aberto ao público, necessita de reserva prévia, através do e-mail *eventos@quintadosampayo.pt*, do *site* da Quinta, ou ainda pelo tel. 243 248 021. Tem um custo de 150 /adulto e 40 /criança até aos 10 anos. A pensar nos mais pequenos haverá ainda um espaço com animadores, pinturas faciais, jogos tradicionais, um lanche durante a manhã, almoço e ainda a oportunidade de aprenderem a fazer pão.

Para além das vindimas, há ainda a prova de vinhos, experiência que não requer marcação prévia, nem tem número mínimo de participantes. Com uma duração de 45 minutos e um valor de 15 euros por pessoa, inclui ainda uma explicação da história da Quinta do Sampayo, das castas e solos, uma visita à adega e cave. O programa Passeio com Cavalos exige, por sua vez, marcação com antecedência de 48 horas, pressupõe um mínimo de 2 participantes e um valor por pessoa de 55 euros. Pode ou não incluir almoço ou jantar, com menu e valor a orçamentar.

A experiência Piquenique na Quinta tem como ponto alto o almoço com menu de harmonização vínica, de toalha estendida no chão. Esta experiência foi desenhada para um mínimo de 2 participantes, tem uma duração prevista de 3 horas e o valor de 70 por pessoa.

E porque é de gastronomia que falamos, importa ainda destacar a experiência Na Adega com o *Chef*, que propõe aos participantes "pôr a mão na massa" e colaborar com o *chef* na confeção do menu. A experimentação de *blends* e lotes fazem também parte do programa. Neste caso, exige-se um mínimo de 10 participantes, com um custo de 100 por pessoa.

Qualquer uma destas experiências pode ser uma boa oportunidade para provar os dois novos vinhos que a marca acaba de lançar no mercado. O Quinta do Sampayo Branco, colheita de 2023, combina duas das características castas da região (Arinto e Fernão Pires), com notas de flor de laranjeira, pera e fruta de caroço. O tinto, por sua vez, combina os lotes castelão, Syrah e Touriga nacional e é dotado de grande complexidade aromática com especiarias, tosta e fruta vermelha.

A Quinta está também aberta à realização de casamentos e outros eventos privados, mas, para já, o grande foco vai para a festa das vindimas, no próximo dia 28, com um programa que inclui muita música ao vivo com Pedro Mafama, bandas filarmónicas e ranchos locais, matiné dançante com o DJ Fernando Alvim e cinema apresentado por Rui Tendinha. E, como não poderia deixar de ser, haverá momentos gastronómicos assinados pelos *chefs* Justa Nobre, Vitor Adão, João Correia e Miguel Silva e provas comentadas de vinhos, com o enólogo Marco Crespo.

Diario de Noticias

Gloria aos Aviadores

M. Teixeira Gomes

EUROPA

ASIA

AFRICA

O GLORIOSO TRAJECTO DOS AVIADORES PORTUGUESES LISBOA - MACAU

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 13 DE SETEMBRO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

Quando ás vezes ponho diante dos olhos os muitos e grandes trabalhos e infortunios, que custaram as nossas viagens antigas, e reparo, por exemplo, que, na Relação da viagem de Vasco da Gama, só nos resta pouco mais de uma pagina para contar o que se passou em perto de cem dias de alto mar que levaram, sem ver terra, os que pela primeira vez cortaram as seis mil milhas de «goltão» do Atlantico, entre Cabo Verde e o Cabo da Boa Esperança, não posso deixar de admirar as vantagens da publicidade moderna. E reflito que, decerto, muitas descobertas geograficas dos portugueses — ao lado das quais a viagem de 36 dias de Colombo foi uma brincadeira de crianças — se não podem hoje reivindicar por falta de Relações impressas.

Esperemos, pois, que desta primeira vez em que os portugueses foram á India e á China pelo ar, Pais e Beires

deixem aos vindouros uma Relação mais detalhada que aquela que nos ficou da primeira viagem á India pelo mar.

Lisboa — 1924 — Setembro, 7.

GAGO COUTINHO

Brito Pais, Sarmento de Beires e Gouveia, com a sua viagem aérea a Macau, provaram mais uma vez que com fracos recursos se pode fazer muito e mostraram ao Mundo que as qualidades necessarias para se conseguir tal fim continuam existindo na raça portuguesa.

Cabe-nos por isso a todos o dever de lhes agradecer quanto fizeram pela Patria. Oxalá a Alma Portuguesa assim o compreenda e se manifeste no dia de hoje por uma forma condigna do relevante serviço por eles prestado.

ARTUR DE SACADURA CABRAL

O PROGRAMA DE HOJE

Ás 2 horas, entrega das condecorações da Torre e Espada, no Terreiro do Paço; parada na mesma praça, cercando o pavilhão as bandeiras dos regimentos da 1.ª Divisão. Todas as bandas de musica da 1.ª Divisão e G. N. R., sob a regencia do maestro Fão, executarão no acto uma marcha triunfal. Em seguida, organizar-se-á o cortejo pela rua Augusta, Rossio, Avenida da Liberdade, onde se dissolverá.

Ás 9 e meia, grande corrida de touros no Campo Pequeno.

É com imenso prazer que me sirvo da grande publicidade do "Diario de Noticias" para mais uma vez felicitar os nossos valentes aviadores pelo seu feliz regresso á Patria. O feito que eles praticaram junta um novo florão ás glorias portuguesas e todos nós nos sentimos orgulhosos de os termos como compatriotas.

M. Teixeira Gomes

O CAPITÃO AVIADOR JOSE' MANUEL SARMENTO DE BEIRES NO MOMENTO DE PARTIR. FOTOGRAFIA ESPECIAL DO «DIARIO DE NOTICIAS». (VER A ENTREVISTA QUE O NOSSO JORNAL COM ELE REALIZOU).

É mais simples sentir uma gratidão enorme do que confessar que se sente. É o que me acontece. De resto deve ser assim. Tudo quanto é grande, mesmo o sentimento, dificilmente a voz humana o pode traduzir.

A. Brito Pais

Quando o «Patria» descolou de Milfontes, ouvi dentro d'alma, a voz do Povo português, gritando-nos: «Ávante!»

Era a palavra mal definida ainda, que só a alma podia ouvir, mas que se articularia pouco tempo depois.

A viagem Lisboa-Macau foi, com efeito, uma arcada imensa que o Povo construiu. É a obra em que mais veementemente vibraram todas as qualidades inatas desse Povo generoso, trabalhador e humilde a que me orgulho de pertencer.

No meu coração, eu não sei qual é maior: se a gratidão que lhe devo por me ter proporcionado a ocasião de ser um dos obreiros afortunados da obra realizada, se a gratidão infinita pelo auxilio carinhoso, amoravel, encorajante, que nos deu nessas horas de incerteza em que a viagem era ainda um sonho a cristalizar em realidade!

Lx.ª, 13-IX-24.

José Manuel Sarmento de Beires

Na 3.ª pagina:

A Consagração de hoje em Lisboa — Entrevista com Sarmento de Beires

O CAPITÃO ANTONIO JACINTO DA SILVA BRITO PAIS, FOTOGRAFIA TIRADA NA AMADORA MOMENTOS ANTES DO «PATRIA» LARGAR.

AO CENTRO O ALFERES MANUEL GOUVEIA, O COMPETENTISSIMO E HEROICO MECANICO DO «PATRIA».

O fumo dos incêndios captado por satélite a 9 de setembro cobria três estados brasileiros.

AFP PHOTO /EUROPEAN UNION, COPERNICUS SENTINEL-3 IMAGERY

No Brasil, já ardeu um Portugal inteiro só em 2024

AMBIENTE São 11,39 milhões de hectares até agosto. E os incêndios continuam, em setembro, em todos os biomas do país.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA**, SÃO PAULO

De janeiro a agosto de 2024 os incêndios no Brasil já atingiram 11,39 milhões de hectares do território do país, segundo dados do organismo Monitor do Fogo Mapbiomas, divulgados ontem. O volume de terras atingidas é superior a Portugal, que tem pouco mais de 92 mil metros quadrados, ou seja, 9,2 milhões de hectares. Só em agosto foram 5,65 milhões de hectares, mais ou menos o Alentejo e a região Centro somados.

O fogo alastrou-se principalmente em áreas de vegetação nativa, que representam 70% do que foi queimado. As áreas campestres foram as que os incêndios mais afetaram, representando 24,7% do total. Savanas, florestas e campos alagados também foram fortemente atingidos, representando 17,9%, 16,4% e 9,5% respetivamente. As pastagens representaram 21,1% de toda a área atingida, segundo dados compilados pela Agência Brasil.

A Amazónia é o bioma brasileiro mais atingido até agosto de 2024: são 5,4 milhões nestes oito meses. Nos demais biomas que compõem o país, o Pantanal queimou 1,22 milhão de hectares, um crescimento de 249%, em comparação à média dos cinco anos anteriores. A Mata Atlântica teve 615 mil hectares atingidos pelo fogo, enquanto que na Caatinga os incêndios afetaram 51 mil hectares. Já o Pampa teve 2,7 mil hectares atingidos. O Cerrado, por sua vez, representa 43% de toda a área queimada, a maior extensão dos últimos seis anos num bioma já normalmente vulnerável na estiagem, o período com falta de chuva.

Na comparação entre agosto de 2023 e de 2024, os incêndios afetaram 3,3 milhões de hectares a mais este ano, registando um crescimento de 149%. De acordo com a instituição, foi o pior agosto da série do Monitor de Fogo, iniciada em 2019.

Destaque ainda para o crescimento de 2510% sobre a média de agosto de incêndios no estado de São Paulo, em relação à média dos últimos seis anos: foram 370,4 mil hectares queimados este ano, 356 mil hectares a mais do que nos meses de agosto de anos anteriores.

"Grande parte dos incêndios em São Paulo tiveram origem em áreas agrícolas, principalmente nas plantações de cana de açúcar", disse a pesquisadora Natália Crusco.

O presidente Lula da Silva assinou, entretanto, um decreto que trata de grupos responsáveis pela vigilância e articulação de ações de controlo e combate a incêndios, após visitar áreas atingidas pela seca no Amazonas.

O Comité Nacional de Manejo Integrado do Fogo será responsável "por realizar atividades consultivas e deliberativas de articulação, proposta de mecanismos para deteção e controle dos incêndios florestais, além de análise e acompanhamento dos problemas referentes ao combate às queimadas."

E Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, afirmou que o Governo estuda meios legais para confiscar terras de quem tenha cometido "incêndio que seja claramente criminoso", segundo a agência Reuters. A declaração foi dada na conferência de imprensa do último dia da Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia, realizada na passada quarta-feira, dia 11, no Rio de Janeiro.

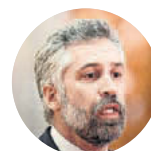
"Quem fez a queimada criminosa haverá de pagar. Estamos estudando as medidas de como aumentar a pena, inclusivamente há uma discussão de que se possa aplicar o mesmo estatuto que se aplica para situações análogas à escravidão, em que aquela terra é confiscada e volta para o domínio do Estado para quem comete incêndio que seja claramente criminoso." Segundo a ministra, foram abertos 32 inquéritos para investigar incêndios apontados como criminosos em todo o Brasil.

dn@dn.pt

Sobe & desce

POR **NUNO VINHA**

CHRISTINE LAGARDE
Presidente do Banco Central Europeu

O BCE desceu as taxas de juro em 25 pontos base, como se previa, por isso Lagarde está a subir. Não se comprometeu com o caminho futuro para as taxas diretoras, por isso também podia estar a descer. Os atuais decisores da política monetária europeia são como as tostas mistas, comem-se, mas ninguém as celebra.

PEDRO NUNO SANTOS
Secretário-geral do PS

O partido socialista deu mais uma mostra de maturidade na discussão do OE para 2025. Os socialistas, agora liderados por Pedro Nuno Santos, avançam para as reuniões com Montenegro dizendo que "não exigem definir 50%" do documento. O que também lhes permitirá malhar no OE da AD quando chegar a altura. O PS esteve bem.

PEDRO SÁNCHEZ
Primeiro-ministro espanhol

Um presidente do Governo de Espanha que faz os acordos mais improváveis com independentistas catalães tem muitas dificuldades em surpreender. Ontem conseguiu-o mais uma vez, recebendo o venezuelano Edmundo González, mas travando o seu reconhecimento como legítimo vencedor das eleições. O PSOE esteve mal.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro, Mafalda Campos Forte **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

5 605290 123023
56757